



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS – FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM GESTÃO ECONÔMICA DE FINANÇAS PÚBLICAS**

DANIELLE CRUZ ROCHA

**PANORAMA ECONÔMICO DO ENSINO À DISTÂNCIA EM ENFERMAGEM NO
BRASIL E O REFLEXO NA QUALIDADE DA FORMAÇÃO**

**Brasília-DF
2022**

DANIELLE CRUZ ROCHA

**PANORAMA ECONÔMICO DO ENSINO À DISTÂNCIA EM ENFERMAGEM NO
BRASIL E O REFLEXO NA QUALIDADE DA FORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia – Gestão Econômica de Finanças Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Nascimento Junior

**Brasília-DF
2022**

PANORAMA ECONÔMICO DO ENSINO À DISTÂNCIA EM ENFERMAGEM NO BRASIL E O REFLEXO NA QUALIDADE DA FORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia – Gestão Econômica de Finanças Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Nascimento Junior
ORIENTADOR

Prof. Dr. Roberto de Goes Ellery Junior
MEMBRO INTERNO

Prof. Dr. George Henrique de Moura Cunha
MEMBRO EXTERNO

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira
MEMBRO SUPLENTE

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, por me permitir ultrapassar os obstáculos enfrentados ao longo da realização não apenas da dissertação, mas também do curso de mestrado.

Ao meu esposo Osvaldo Carvalho e nossa filha Maria Luísa por todo incentivo, dedicação, companheirismo e compreensão. Vocês são meu verdadeiro porto seguro nos momentos felizes e nos turbulentos também.

Aos meus pais que não mediram esforços para me proporcionar ensino de qualidade durante meu período escolar, contribuindo para que alcançasse o ensino superior.

Ao Sistema Cofen/ Conselhos Regionais de Enfermagem por adotar política de investimento em educação e qualificação dos seus gestores e empregados públicos.

Aos professores pelo compartilhar de conhecimentos, em especial ao meu orientador pelas correções e sugestões na elaboração da dissertação.

Aos colegas de curso pela convivência amistosa, em especial do grupo de aplicativo de mensagens instantâneas, intitulado “Reunião Defesa”, pelo apoio e palavras de estímulo.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a elaboração deste trabalho.

ROCHA, Danielle Cruz. **PANORAMA ECONÔMICO DO ENSINO À DISTÂNCIA EM ENFERMAGEM NO BRASIL E O REFLEXO NA QUALIDADE DA FORMAÇÃO**. 2021. 73p. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2021.

RESUMO

O cenário pandêmico ocasionado pela COVID-19 obrigou à adaptação de atividades econômicas, sociais, educacionais, de higiene, entre outras. No contexto da enfermagem, refletiu-se sobre a eficácia da adoção do ensino na modalidade à distância na formação desses profissionais e as implicações para o mercado de trabalho. Objetivo: analisar as vantagens e desvantagens do ensino à distância para a formação do profissional de enfermagem, considerando os fatores econômicos e sociais atinentes à atuação desses agentes. Problema: Considerando que a Universidade pressupõe um ambiente inclusivo e que a prática da Enfermagem tem se demonstrado essencial no contexto pandêmico, quais os benefícios e prejuízos do ensino à distância para a formação e qualificação desses profissionais no aspecto econômico? Hipóteses: a) O ensino à distância e o capital humano possui implicação econômica positiva, considerando a flexibilidade na formação continuada; b) Considerando o contexto pandêmico, é preciso aliar ensino à distância com o presencial, devido à imprescindibilidade da prática na formação. Metodologia: foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, com o emprego de autores como OLIVEIRA (2015), SOUZA (2018) e MAAS (2018), e os dados foram analisados numa abordagem quanti-qualitativa. Resultados: foram identificadas nove instituições de ensino superior que ofertam a graduação em enfermagem à distância, todas privadas. As públicas ofertam somente cursos de pós-graduação e especialização. Conclusão: as instituições identificadas são deficientes na qualidade, conforme avaliação no ENADE, o que reflete na formação do enfermeiro e em como a ideia de educação e sua função econômica podem ser prejudiciais por focar somente capital humano para o mercado de trabalho, negligenciando a qualidade.

Palavras-chave: Capital Humano. Educação à distância. Enfermagem. Educação econômica. Qualidade na formação.

ROCHA, Danielle Cruz. **PANORAMA ECONÔMICO DO ENSINO À DISTÂNCIA EM ENFERMAGEM NO BRASIL E O REFLEXO NA QUALIDADE DA FORMAÇÃO.** 2022. 73p. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2022.

ABSTRACT

The pandemic scenario caused by COVID-19 forced the adaptation of economic, social, educational, hygiene activities, among others. In the context of nursing, it was reflected on the effectiveness of the adoption of teaching in the distance modality in the training of these professionals and the implications for the job market. Objective: to analyze the advantages and disadvantages of distance learning for the training of nursing professionals, considering the economic and social factors related to the performance of these agents. Problem: Considering that the University presupposes an inclusive environment and that Nursing practice has been shown to be essential in the pandemic context, what are the benefits and harms of distance learning for the training and qualification of these professionals in the economic aspect? Hypotheses: a) Distance learning and human capital have positive economic implications, considering the flexibility in continuing education; b) Considering the pandemic context, it is necessary to combine distance learning with face-to-face teaching, due to the indispensability of practice in training. Methodology: bibliographic and documentary research was carried out, using authors such as OLIVEIRA (2015), SOUZA (2018) and MAAS (2018), and the data were analyzed in a quantitative-qualitative approach. Results: nine higher education institutions were identified that offer distance education in nursing, all of which are private. The public ones only offer postgraduate and specialization courses. Conclusion: the institutions identified are deficient in quality, as assessed by ENADE, which reflects on the training of nurses and how the idea of education and its economic function can be harmful because it focuses only on human capital for the job market, neglecting quality.

Keywords: Human capital. Distance education. Nursing. Economic education. Quality in training.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Histórico da EAD no mundo	27
Tabela 2 -	Histórico da EAD no Brasil	32
Tabela 3 -	IES Privadas que oferecerem o Curso de Enfermagem EAD	56
Tabela 4 -	ENADE das IES privadas – modalidade à distância da graduação em Enfermagem – ano 2019	57
Tabela 5 -	IES privadas no Curso de Enfermagem: nº de vagas e data de início	58
Tabela 6 -	ENADE das IES privadas: modalidade presencial de graduação em Enfermagem – ano 2019	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	10
2 POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E ECONOMIA	12
2.1 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES CONSIDERAÇÕES	12
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO	14
2.3 EDUCAÇÃO E ECONOMIA: CAPITAL HUMANO	18
3 ENSINO À DISTÂNCIA (EaD): BREVES CONSIDERAÇÕES	24
3.1 ENSINO A DISTÂNCIA (EAD) E CAPITAL HUMANO	24
3.2 HISTÓRICO DO ENSINO À DISTÂNCIA NO BRASIL	29
3.3 CURSOS DE ENFERMAGEM: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO	37
3.3.1 Enfermagem: cuidado necessário e especializado	37
3.3.2 Breve histórico da Enfermagem no Mundo e no Brasil	40
4 ENSINO DA ENFERMAGEM NO BRASIL	43
4.1 DIRETRIZES PARA O ENSINO DE ENFERMAGEM NA ATUALIDADE	50
4.2 POR QUE EAD EM ENFERMAGEM?	53
5 EAD EM ENFERMAGEM: QUALIFICAÇÃO MERCADOLÓGICA	56
5.1 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS	56
5.2 PRÓS E CONTRA DE CADA MODALIDADE	59
5.3 MODALIDADE EAD PARA OS BACHARELADOS EM ENFERMAGEM	61
5.3.1 Apresentação e avaliação dos resultados	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1 INTRODUÇÃO

O contexto social global ocasionado pela pandemia da COVID-19, onde o mundo se viu obrigado a repensar questões como economia, atividades básicas diárias, trabalho, saúde e ensino, refletiu diretamente no âmbito da educação, trazendo desafios sanitários que fazem emergir a necessidade de mensurar os prós e contras do ensino a distância, por exemplo, considerando a parte prática de diversos cursos, como os relativos à saúde, bem como a questão econômica relativa ao tema.

O panorama pandêmico interrompeu de forma inesperada as atividades escolares planejadas para serem realizadas em âmbito presencial, que abarcam tanto a parte teórica quanto a prática, culminando em consequências de curto, médio e longo prazos que têm refletido em todos os níveis escolares (SANES et. al., 2020). O desenvolvimento e popularização da Educação a Distância – EAD, em nível mundial está relacionado com a facilidade de acesso às Tecnologias de Informação e de Comunicação – TIC, bem como à crescente e contínua demanda por aprimoramento das técnicas de ensino-aprendizagem, promovendo o aperfeiçoamento e formação continuada de forma mais dinâmica dos profissionais (OLIVEIRA, 2015).

Importa discutir essa questão em razão da prática social da Enfermagem representar um desafio, que envolve estudo e qualificação contínua a fim de sempre se adequar à realidade social e mercado de trabalho. Não se pode desatrelar o exercício dessa profissão do contexto econômico por sua essencialidade e pelo impacto que a formação à distância ocasiona, devido o investimento do profissional e o aspecto relativo à valorização desse sujeito no mercado de trabalho.

No contexto internacional, estudos evidenciam que o desempenho econômico em cenários de crise, como a ocasionada pelo COVID-19, refletem no mercado de trabalho quanto às vagas ofertadas para a Enfermagem, e isso inevitavelmente tangencia para o aspecto formação-qualidade-economia (MAKUCH; ZAGONEL, 2017).

O problema da pesquisa tratou do seguinte questionamento: “Considerando que a Universidade pressupõe um ambiente inclusivo e que a prática da Enfermagem tem se demonstrado essencial no contexto pandêmico, quais os

benefícios e prejuízos do ensino à distância para a formação e qualificação desses profissionais no aspecto econômico?”.

Foram hipóteses desse trabalho: a) O ensino à distância e o capital humano possui implicação econômica positiva, considerando a flexibilidade na formação continuada; b) Considerando o contexto pandêmico, é preciso aliar ensino à distância com o presencial, devido à imprescindibilidade da prática na formação.

O objetivo geral foi analisar as vantagens e desvantagens do ensino à distância para a formação do profissional de enfermagem, considerando os fatores econômicos e sociais atinentes à atuação desses agentes.

Os objetivos específicos foram: a) verificar o contexto de surgimento da modalidade de ensino à distância e o estudo da enfermagem; b) Descrever as modalidades de ensino à distância e presencial e o impacto de cada uma no contexto econômico do país; c) apontar entidades aptas a ofertar o curso de enfermagem na modalidade à distância, refletindo sobre as consequências econômicas e de qualidade do ensino.

Justificou-se o estudo em questão pela necessária discussão imposta pelo cenário pandêmico, que obrigou à repensar as formas de ensino, bem como questões anteriores à crise epidemiológica que trazem reflexos econômicos referentes à formação e oferta desses profissionais em qualificação e quantidade adequada à demanda social.

Na primeira parte do trabalho foi abordado conceito de política pública e sua importância no âmbito da educação, além de trazer, de forma breve, as modalidades de ensino presencial e à distância, seu surgimento e propagação em nível internacional e nacional. Na segunda parte falou-se do ensino da Enfermagem no Brasil, abordando os currículos mínimos e diretrizes para o ensino da Enfermagem no contexto atual, bem como se falou do capital humano no aspecto econômico. Por fim, realizou-se a descrição e avaliação dos resultados referentes às vantagens e desvantagens do ensino à distância para o bacharelado em Enfermagem no aspecto econômico.

1.1 METÓDOS E PROCEDIMENTOS

O estudo em tela diz respeito a um estudo exploratório e descritivo, com pesquisa bibliográfica e documental, sendo que seu desenvolvimento ocorreu por

meio de pesquisa em bancos de dados como Scielo, Lilacs e Medline, além da consulta em sites do governo, como o Ministério da Educação e Cultura e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a fim de obter informações teóricas e conceituais acerca das políticas públicas em educação e o uso de plataformas em ambientes virtuais como estratégia de ensino na modalidade de educação à distância.

A pesquisa envolveu o período entre os anos de 2002 a 2020, considerando a abrangência do tema abordado e sua evolução. Isso porque, segundo Zambrano Tanaka (2017) o histórico da educação à distância no Brasil e no mundo não é recente e, em princípio, não esteve vinculada às tecnologias da informação.

Foram realizadas buscas no site do Ministério da Educação e Cultura, além do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, identificando-se no site do MEC que instituições de ensino superior ofertam o curso de graduação em enfermagem à distância, e no site do INEP se verificou a nota de desempenho dessas instituições no ano de 2019, a fim de mensurar a qualidade que têm conseguido imprimir à formação e como isso reflete na economia.

Após a identificação, as instituições foram separadas conforme a categoria administrativa, em públicas e privadas, identificando quais participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e listando a nota obtida. A partir disso, verificou-se o quantitativo de vagas que cada instituição está autorizada a ofertar e qual o período (em anos) que começaram a realizar essa oferta.

Os dados coletados foram analisados numa abordagem quanti-qualitativa, pois além de se verificar a quantidade em números das instituições de ensino superior credenciadas para ofertar o curso de graduação (bacharelado) em enfermagem, verificou-se, ainda, a questão qualitativa mensurada no ENADE, e os reflexos para a economia, considerando instituições públicas e privadas e formação inicial e continuada.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E ECONOMIA

2.1. CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Quando se fala em políticas públicas se remete ao agir governamental referente aos diversos temas que refletem no contexto social, como saúde, educação e economia. O critério analítico que delineou a emergência e consolidação dessa expressão envolve conceituar a própria democracia, onde o Estado, por meio de representantes eleitos pelo povo, formula metas e objetivos a serem alcançados em prol do bem da coletividade, do bem estar social. O estudo da questão se confunde com a própria trajetória de política pública como ramificação da ciência política no âmbito do estudo da coisa pública.

A compreensão do papel do Estado na emergência dessas políticas implica conhecer sua denominação e importância histórica, de acordo com os contextos sociais e econômicos de cada época. Sobre isso se tem três vertentes. A primeira, assinalam Carvalho e Pimenta (2010), traz a tradição de Madison, que abordava o estudo das instituições como sendo estas essenciais para impor limites à tirania e às paixões comuns à natureza humana, sendo inerentes a ela. A segunda versa sobre a tradição de Paine e Tocqueville, que abordavam as organizações locais como fundamentais para a promoção do “bom” governo como consequência do dever cívico de cada cidadão. A terceira, por fim, fala das políticas públicas enquanto vertente da ciência política, sendo voltada ao estudo das razões que levam os governos à adoção de determinadas ações sociais em detrimento de outras.

A despeito dessa discussão, definir com exatidão política pública é tarefa complexa em razão das diversas definições encontradas, inexistindo um conceito específico e completo. É consenso, entretanto, que essa conceituação emerge de estudos de diversas áreas do conhecimento, tendo nas ciências políticas o foco central, mas abrangendo também a sociologia e a economia. Para André (2011), no âmbito da economia, o vocábulo conduz o debate para a esfera de escolhas estatais no que concerne ao processo de tomada de decisão acerca de recursos econômicos e financeiros ou não. Isso significa que, de um lado, refere-se à motivação das ações adotadas pelo governo, e de outro às teorias organizacionais da administração pública quanto aos resultados a serem atingidos pelo Estado na busca do bem estar dos cidadãos.

São teóricos importantes no estudo das políticas públicas no contexto doutrinário, de acordo com Souza (2006), H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton; além de Mead, Lynn, Peters, Dye, que trazem questões relativas à construção e significado do vocábulo, apresentando apontamentos essenciais para a definição dessas políticas, quais sejam: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. As respostas a esses questionamentos conduzem à escolha da melhor política a ser adotada referente a determinado tema.

Importante ressaltar que as políticas públicas refletem no setor econômico e social das sociedades, em razão disso abordam e delimitam as relações entre Estado, política, economia e a sociedade. André (2011, p. 17) afirma que se pode resumir política pública como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Num sentido estrito, pode-se dizer que política pública é a ação permanente e ampla do poder público concernente à uma área específica que tenha a ver com o contexto coletivo, referindo-se às estratégias adotadas para solucionar problemáticas sociais e atingir metas governamentais, selecionados previamente, consubstanciando-se em princípios, diretrizes, objetivos e normas, especificados em planejamentos estratégicos, projetos e programas delineados pelo Estado para gerir a administração pública por um período determinado (RODRIGUES, 2011).

Como consequências, essas políticas se direcionam à esfera social, razão pela qual, de acordo com André (2011, p. 25): “[...] são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos.” Rodrigues (2011, p. 7) corrobora com esse entendimento ao assinalar que:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas, daí a necessidade de sempre reavaliar as políticas implementadas, a fim de realizar ajustes para melhor atingir as metas estabelecidas e solucionar as problemáticas apresentadas.

A forma através da qual se compreende uma política pública se relaciona com a própria forma com que se enxerga a noção de Estado, considerando que comumente se entende política pública como sendo um conjunto de ações ou uma ação isolada que constituem instrumentos de intervenção estatal na sociedade no sentido de atender a uma demanda da mesma. Esse entendimento reduz política pública a uma visão simplista, percebendo o Estado como operador isolado na busca de alcançar benefícios em prol da coletividade.

Importante frisar que o Estado não deve ser considerado como único agente de promoção de políticas públicas, mesmo porque não é ele o destinatário das mesmas. Com efeito, o Estado é o primeiro garantidor dos direitos coletivos e sociais dos indivíduos por força de determinação legal, porém a identificação e solução das problemáticas que afligem a sociedade não deve ser tarefa somente do Estado, devendo englobar agentes sociais múltiplos, seja no âmbito público como no privado, onde o agente estatal funcionaria como mediador das relações sociais decorrentes dessa mobilização.

É nesse sentido que se aborda a importância da fase de avaliação dessas políticas como fator mensurador de objetivos propostos e resultados efetivamente alcançados. André (2011, p. 135) assevera sobre isso:

Essa fase é onde ocorre a avaliação dos resultados obtidos com a implementação de determinada política pública, possibilitando a correção de desvios e mudança de objetivos. É embasada por diagnósticos que verifiquem os impactos das ações empreendidas, fornecendo aos executores das ações recursos informacionais preciosos para formação de quadros ou ajustes de rotas nos projetos.

A avaliação engloba o fornecimento de informações necessárias para verificar a eficácia da política na sociedade. Além disso, é responsável por reiniciar o ciclo inerente às políticas públicas, que basicamente se inicia com a inserção de determinado tema na agenda política e se encerra com a avaliação da efetividade da medida adotada face à demanda apresentada. A ideia é que essa fase aponte outros caminhos e soluções para as questões ou pendências não solucionadas com a implementação da política.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

A partir da maior relevância do tema em comento, o estudo das políticas, sua delimitação e execução, tanto na esfera econômica como no âmbito social se tornou

assunto com maior destaque no cenário político, sendo fator norteador de programas e projetos de governo. Some-se a isso o fato de que com o tempo novas concepções acerca do papel dos governantes em face das demandas sociais se sobrepuseram às ideologias políticas keynesianas adotadas no período pós-guerra de restrição de gastos sem planejamento de uso eficiente de recursos públicos. A ideia é permitir a adoção de orçamentos equilibrados, considerando receitas e despesas, incluindo no planejamento os gastos referentes a implementação e políticas públicas (ANDRÉ, 2011).

Considerando a celeridade no acesso a informações possibilitado pela era da geoinformação, emerge a necessidade de lidar com os desafios impostos pelos novos padrões de produtividade e competitividade, demonstrando que a educação configura fator primordial em se tratando de estratégias de desenvolvimento capazes de permitir inclusão social e desenvolvimento econômico. Em países desenvolvidos impera o entendimento de que o conhecimento, a capacidade do indivíduo de identificar, selecionar e processar são fatores vitais para a consolidação da economia moderna.

O tema em questão tem se tornado prioridade no que concerne ao investimento em infraestrutura e equipamentos voltados à formação de habilidades cognitivas e sociais dos indivíduos. O deslocamento de competência, nesse sentido, faz com que a educação alcance papel de destaque nas agendas governamentais, conduzindo a debates que objetivam encontrar soluções plausíveis para o fortalecimento do processo de reestruturação competitiva da economia, aliado à equidade social como mola propulsora do processo decisório (RODRIGUES, 2011).

É nesse sentido e contexto que se aborda a questão da importância das políticas públicas em educação. Existem temas que são pauta constante nas agendas dos governos, entre os quais está a educação num contexto de política educacional, englobando não somente a educação enquanto direito, mas os caminhos para tornar a concretização desse direito possível.

Essas políticas configuram programas ou projetos estabelecidos pelos governos com o fim de colocar em prática ações que garantam efetivamente o acesso à educação a todo e qualquer cidadãos, independentemente de questões particulares. Esse acesso deve, no entanto, ser eficaz, ou seja, não basta simplesmente ter acesso ao ensino, mas a um ensino de qualidade, que permita a construção profissional que garantirá o acesso ao mercado de trabalho, refletindo no

próprio desenvolvimento socioeconômico do país. Sobre isso assinala Rodrigues, Faria e Almas (2014, p. 17):

Percebe-se que a educação de qualidade funciona como expressão da relação assertiva entre desenvolvimento e democracia, pois envolve não somente a aquisição de conhecimento, mas de habilidades cognitivas que permitirão ao indivíduo se estabelecer em igualdade factual de condições no mercado de trabalho cada vez mais exigente. Esse é o real caminho para coadunar crescimento econômico com melhoria da qualidade de vida.

Os autores ainda continua dizendo que a formulação e implementação de políticas públicas no âmbito da educação possuem uma carga social expressiva que não pode ser desconsiderada, pois revelam a intenção do Estado na expressão das relações e das forças sociais em disputa, considerando que versam sobre um direito essencial que permitirá o exercício de outros direitos também essenciais.

Isso não significa, entretanto, que essas políticas socioeducacionais sejam uma espécie de benevolência social do Estado para com a sociedade, mas representa a articulação e o jogo dicotômico expressado na dialética de classes e medidas estatais adotadas para dirimir questões econômico-sociais historicamente existentes na determinada sociedade em diversos contextos sociais.

A política educacional em sua essência se relaciona de forma intrínseca com a sociedade em que é implementada e com os objetivos que se pretendem atingir para a transformação da realidade social, considerando o contexto histórico e político em vigor em cada época dessa sociedade. Inegável, porém, que o processo educativo é que forma cidadãos preparados para as vivências sociais, projetando o futuro, o desenvolvimento do país (RODRIGUES; FARIA; ALMAS, 2014).

Se de um lado essas políticas exprimem o objetivo de ampliação da autonomia e inclusão social por meio da participação efetiva das escolas e dos professores enquanto atores primordiais no processo de ensino e aprendizagem, de outro lado imprime uma lógica economicista ao sistema de ensino que culmina no impedimento da efetivação de fato de políticas que implicam em investimentos, especialmente no que concerne à formação continuada do docente, a fim de acompanhar as mudanças sociais.

Segundo Peres et Al. (2018), as políticas públicas em educação não devem ser mecanizadas, inflexíveis, mas interpretadas e flexibilizadas considerando a prática diária dos gestores, docentes e alunos, de forma a possibilitar adequação aos contextos e desafios cotidianos que estão em constante transformação. Para o autor, isso implica a proposição de abordagem analítica, cíclica das políticas, indo

desde a formulação até a implementação factual. Assevera André (2011, p. 23) sobre isso que:

(...) o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas. Isso porque o contexto vivenciado no interior das salas de aula é mutável, de modo que se a política não considerada essas questões tende a ser fracassada em razão da inflexibilidade

Rodrigues (2011) frisa que o processo de redemocratização experimentado pelo Brasil a partir de 1985 apresenta dois momentos em relação ao alicerce legal da educação brasileira. O primeiro ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã, quando a educação se torna um direito essencial para todos. Já o segundo se dá com o sancionamento da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

No concernente à legislação educacional Brasil, além da mencionada LDB, destaca-se o Plano Nacional da Educação – PNE, que evidencia a importância de serem estabelecidos parâmetros de qualidade para o ensino. Isso engloba não só currículos mínimos, mas a própria busca contínua de condições melhores para a educação no sentido de garantir o acesso e a permanência, tecendo caminhos para a qualidade desde a educação básica até o ensino superior.

A reorganização possibilitada na estrutura da educação no Brasil, em meados da década de 1990, em razão do conjunto de medidas constituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs (1998) conferiu nova roupagem à questão do ensino no país. Foram introduzidos temas como Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Meio Ambiente. A ideia era a construção de valores básicos ao exercício da democracia e da cidadania num contexto moderno da sociedade. A despeito das críticas sofridas em razão da transversalidade dos temas, o objetivo era tornar menos excludente o currículo (PIERANTONI; MAGNAGO, 2017).

De acordo com Ribeiro e Soares (2015) as desigualdades observadas no sistema de ensino no Brasil é multifacetado, sendo oriundo de diversas razões que se relacionam com o pertencimento do indivíduo, seja na esfera social ou na regional, passando por questões como cor da pele e gênero. Isso justifica a

necessidade da adoção de políticas públicas em educação, a fim de avaliar os pormenores e estimular a formulação de medidas de fato inclusivas, sem desconsiderar critérios pontuais.

2.3. EDUCAÇÃO E ECONOMIA: CAPITAL HUMANO

A educação notadamente é um dos caminhos mais estruturantes da economia mundial, em razão de seu potencial de formar indivíduos que atuarão no mercado de trabalho, tornando-o mais competitivo.

Diante disso, é preciso compreender a relação entre a educação e a forma organizacional dos indivíduos no que tange à sua existência e meios de produção no sentido de subsidiar sua sobrevivência, em especial em se considerando o modelo de mercado capitalista que vige ao redor do mundo (OLIVEIRA, 2014). Isso implica na reflexão acerca da organização social da sociedade, a fim de verificar a relação entre as novas formas e metodologias de ensino e aprendizagem, como a educação à distância e como isso fomenta a economia.

A partir de 1970 o modo de produção capitalista está incutido na essência social, onde a disputa mercadológica se tornou um desafio diário, o que culminou em alterações nas relações de produção oriundas da reestruturação produtiva, em especial com a adoção do modelo fordista em detrimento do toyotista no que concerne à produção, refletindo na esfera da educação num contexto neoprodutivista (SOUZA, 2018).

A supramencionada crise atravessada pela sociedade capitalista fez emergir a necessidade de reestruturar os processos produtivos até então utilizados, o que refletiu na mudança significativa no alicerce técnico da produção. O modelo até então empregado, o fordista, alicerçava-se na ideia das fábricas operarem com bases fixas, aliada aos métodos tayloristas, que se apoiava na ideia de racionalização do trabalho. Isso culminava na produção em série, voltado ao consumo de massa, pois estocava produtos para esse fim (WOLF, 2014).

Na contramão dessa ideia, o modelo toyotista utilizava tecnologia leve em vez de pesada, priorizando a microeletrônica, e operando não mais com foco na produção em massa, mas objetivava a produção variada de produtos numa escala menor, a fim de atender demandas mercadológicas específicas. Isso fazia com que houvesse competitividade entre os trabalhadores, que deveriam buscar qualificação

e se esforçar para manter sua posição, refletindo na produtividade da empresa, que se mantinha competitiva e lucrativa.

Perceba-se, conforme assinalam Pereira, Ferreira e Souza (2017), que essa nova exigência mercadológica tem relação intrínseca com a formação profissional, onde as alterações no processo de acumulação do capital fazem refletir sobre os processos educativos e sua flexibilização. O mercado exige profissionais cada vez mais capacitados, mas não irá aguardar estagnado que essa qualificação ocorra.

Aduzem Pereira, Ferreira e Souza (2017, p. 57) nesse sentido:

A partir do momento em que se opta por adotar o modelo toyotista de produção, deixando o taylorista-fordista para trás, e com ele a formação do trabalhador para executar tarefas repetitivas e racionalizadas, onde bastava saber executar aquela tarefa específica, passou-se a exigir do profissional uma formação que permita sua manutenção na posição conquistada. Isso trouxe a reflexão para os processos educativos e como ocorrem, fazendo emergir a necessidade de reestruturação.

O capital humano passa a ser a chave de sucesso das empresas, pois quando se tem profissionais qualificados e determinados a continuar na posição que conquistaram, isso reflete na produtividade e competitividade da empresa, e consequentemente em seus lucros. A necessidade de é de um profissional flexível e polivalente, que não seja mecanizado e treinado para a execução de tarefas de forma racionalizada e individualizada. Prioriza-se as relações interpessoais, onde o indivíduo possui autonomia para buscar crescer dentro da empresa, o que necessariamente está acompanhado de qualificação.

Diante disso, tem-se o emprego do ensino à distância como facilitador do processo de ensino e aprendizagem, que permitirá ao trabalhador buscar sua qualificação sem precisar deixar suas funções na empresa de lado, ao contrário, os conhecimentos adquiridos especialização sua atuação, e isso reflete na qualidade dos produtos que a empresa oferece.

De acordo com Mancebo, Silva Jr. e Schugurensky (2016), a sociedade contemporânea capitalista exigem trabalhadores multitarefas, capaz de atuar em equipe, e de aprender se adaptando às situações novas, como o emprego das tecnologias em todas as esferas da vida dos indivíduos. Para estar integrado ao mercado de trabalho é necessário aperfeiçoar as habilidades que possui e buscar desenvolver novas. Estar em constante processo de ensino e aprendizagem está no centro disso tudo, mas como se profissionalizar e ser produtivo ao mesmo tempo na empresa em que trabalha?

É nesse cenário que o EAD entra como ferramenta facilitadora da formação inicial e continuada, permitindo a integração no mercado de trabalho, daí se falar em neoprodutivismo voltada ao capital humano. A Teoria do Capital Humano emerge num contexto histórico, econômico, político e social onde o capitalismo se desenvolve vertiginosamente, assumindo o papel de modelo de produção mundial. A educação se reveste de especial importância na formação do trabalhador voltada para sua inserção no mercado de trabalho.

É consenso que as economias mais desenvolvidas são as que mais investem no capital humano e o colocam com parte do processo de produção, aliás uma peça fundamental. Isso trouxe a reflexão de que a formação do profissional é capaz de ampliar o desenvolvimento econômico, em razão da qualidade que se pode alcançar na produção e excelência na oferta de serviços. Wolf (2014) assinala que isso faz emergir a função econômica da educação enquanto fomentadora do desenvolvimento intelectual humano como mola propulsora do modelo de produção vigente, o capitalismo.

Pensando nisso, os recursos ofertados pela modalidade de ensino à distância se mostram como recurso necessário ao indivíduo que busca a manutenção de sua empregabilidade. Além da flexibilização temporal, há um baixo custo com o custeio de mensalidades, sendo uma opção para quem não possua condições de competitividade nas universidades públicas nem financeiras para arcar com cursos presenciais.

O Estado brasileiro possui uma geografia diferenciada, com estruturas continentais, sendo por isso necessário formular um sistema de ensino descentralizado capaz de se adequar aos diversos contextos sociais e locais, objetivando atender às demandas do mercado de trabalho, mas não somente isso. A gestão desse sistema implica numa clara divisão de poder e de responsabilidades administrativas entre os entes federativos em relação a todos os níveis educacionais (BRASIL, 2016).

O cenário pandêmico obrigou o mundo a repensar a execução de diversas questões, entre as quais o ensino, pois dentre as medidas sanitárias adotadas para frear a contaminação pelo vírus está o distanciamento social e a restrição de circulação e de atividades não essenciais. Com isso, a fim de não expor as pessoas, o estudo presencial foi suspenso, sendo transferidas para o ambiente virtual.

Compreender a evolução das tecnologias da informação e como isso reflete nos diversos setores da vida social é crucial para entender a dinamicidade e necessidade da oferta da educação à distância enquanto mecanismo de adaptação às novas realidades sociais (INEP, 2017). A ideia é que a compreensão das etapas evolutivas do EaD possibilita avançar na utilização dessa ferramenta, tornando mais célere a comunicação e interação entre docente e alunos (ALMEIDA, 2012).

Importante frisar que o ensino à distância antecede o avanço tecnológico, remontando ao período das Primeira e Segunda Revoluções Industriais (ALVES, 2011). De um modo geral, o histórico do EaD pode ser classificado em cinco gerações, de acordo com Moore e Kearsley (2007), que serão melhor explicitadas adiante. Sobre a EaD, tem-se, segundo Almeida (2012, p. 19):

A modalidade de Educação à Distância é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização tutorial, de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes.

Na primeira fase, ou geração, da trajetória da EaD se encontra a oferta de cursos por correspondência, onde não se percebe o uso de tecnologia e a interação entre educando e educador é mais limitada. Não há consenso acerca na doutrina sobre o período exato de emergência da educação à distância com utilização de aparato tecnológico. É por esta razão que Coqueiro e Sousa (2019) afirmam que a primeira geração da EaD se deu com a oferta de cursos de taquigrafia e datilografia à distância. O meio utilizado para divulgação eram os jornais impressos, que remonta à década de 1720.

Não se pode negar que a revolução no modelo de produção veio acompanhada de mudanças em vários outros setores, em especial no campo educacional pela mão de obra que passou a demandar, onde a ideia não é mais ter um trabalhador mecanizado, mas que seja capaz de desenvolver múltiplas tarefas, atuando em equipe em prol dos interesses da empresa.

A própria evolução da oferta do ensino evidencia esse cenário. Almeida (2012) assinala que o estudo à distância principia com a realização de cursos por meio de materiais enviados via correios, na década de 80, que eram denominados de estudo por correspondência, englobando tanto o oferecimento de cursos profissionalizantes e de formação com e sem fins lucrativos. Relativamente a isso, assinala Alves (2011, p. 23):

As diversas iniciativas de criação de cursos à distância se propagam com a emergência de sociedades mais organizadas, incluindo institutos e escolas nesse processo. Os casos que obtiveram êxito, inicialmente, foram os cursos técnicos de extensão universitária, em razão da praticidade e complementariedade de que são revestidos, o que inclui o tempo de duração desses cursos, que em regra não é extenso. Notava-se, nesse contexto, expressiva resistência no que concerne aos cursos universitários à distância, o que culminou em poucas experiências duradouras, mesmo nos países mais desenvolvidos.

Disso se depreende que a aceitação dessa modalidade de ensino não foi aceita de forma uníssona num primeiro momento, o caminho percorrido até chegar ao cenário atual foi longo e envolveu uma série de desafios, principalmente no tocante aos cursos de graduação. A flexibilização na oferta do ensino é uma característica de uma sociedade em constante movimento, onde as mudanças devem ser acompanhadas sob a pena de ser excluído do mercado de trabalho.

Na segunda fase do EAD podem ser encontrados registros de estudo via rádio, por televisão ou por telefone, por exemplo. Moore e Kearsley (2007) citam, nesse sentido, os telecursos. Complementando a informação, assinalam, ainda, os autores (2007, p. 32-34):

Nesse segundo momento da educação à distância ainda não se percebe um processo de interação acentuado entre educadores e educandos por ser algo mais televisionado que não permitia a dialética relativa às perguntas e respostas, onde o aluno mais acompanhava o material fornecido e com isso apreendia o conhecimento que se pretendia repassar. Cursos de mecânica, por exemplo, eram comuns.

Nas terceira, quarta e quinta geração do EaD remetem a mecanismos similares, onde a terceira e quarta trazem as vídeo e audioconferências na década de 1980, e a quinta traz o ensino no ambiente virtual, que é a fase mais moderna do ensino à distância. O avanço, com se nota, foi gradual e, de certo modo, natural, pois acompanhou a evolução dos meios de comunicação, tecnológicos e exigências do mercado, que não querem mais profissionais engessados (JESUS, 2017).

No Brasil, em 2005 a educação à distância recebeu tratamento legislativo por meio do Decreto nº 5.622/2005, que foi revogado pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que traz a definição dessa modalidade de ensino em seu art. 1º e no 2º prevê a possibilidade de oferta da EaD desde a educação básica até a superior, como se vê, *in verbis*:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se **educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação**, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis,

entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.
Art. 2º **A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância** nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados (BRASIL, 2017).

Perceba-se que há previsão legal explícita da modalidade de educação à distância, inclusive do ensino superior. Por óbvio, há que mensurar quais os benefícios e prejuízos de se adotar a EaD de acordo com o curso oferecido, e considerando as demandas de mercado. Com a crise ocasionada pelo COVID-19 se percebeu que o emprego do ensino à distância é uma realidade que tende a ser cada vez mais utilizado em razão da flexibilidade que permite na busca pela qualificação.

A base da educação no Brasil sempre foi a modalidade presencial de ensino, sendo a educação à distância exceção e sua adoção não se deu de forma abrangente, iniciando por cursos independentes e de forma paulatina foi sendo inserida em outros contextos. O cenário de crise formado pela pandemia conferiu maior visibilidade a essa modalidade de ensino no que concerne aos cursos da área da saúde, onde fez emergirem questionamentos de sua efetividade no que se refere à qualidade da formação.

3 ENSINO À DISTÂNCIA (EaD): BREVES CONSIDERAÇÕES

3.1. ENSINO À DISTÂNCIA (EAD) E CAPITAL HUMANO

A reestruturação do modelo de produção, como assinalado, que promoveu a reorganização do capital com a adesão ao modelo toyotista em detrimento do taylorista-fordista teve o condão de desarticular a ideia de educação somente como atividade integrativa e passou a se revestir da ideia de empregabilidade. A partir do momento em que o mercado traz novas exigências profissionais, é preciso se adequar a elas, a fim de não perder posições conquistadas na empresa (SOUZA, 2018).

Além disso, considerando a forma como se desenvolvem as comunicações na atualidade e comparando esse cenário com um período não tão longínquo se percebe o quão célere tem se tornado o contato entre as pessoas com o uso de meios de comunicação e da internet. A evolução tecnológica preenche hoje todos os espaços da vida dos indivíduos, desde o lazer até o trabalho e as formas de ensino.

É possível redigir e enviar textos, realizar transações bancárias e pagamentos, postar uma foto e fazer uma ligação de vídeo para uma pessoa que esteja do outro lado do mundo. Se de um lado esse cenário assusta, de outro cada vez mais possibilita a evolução da própria humanidade. É no contexto desse movimento temporal que a sociedade moderna se lança para buscar a compreensão das transformações globais oriundas da criação e evolução das tecnologias de comunicação e informação – TIC's (JESUS, 2013).

Longe de ser uma exceção, a educação formalizada nos diversos estabelecimentos de ensino (públicos e privados), institutos de educação e universidades constituem mais uma esfera de atividades impactadas pelo avanço das TIC's. Isso porque, dentro do contexto do que é considerada educação formal coexistem as modalidades de ensino presencial e à distância como desdobramentos da retrocitada evolução.

A representação do uso intenso de TICs no processo de ensino e de aprendizagem reflete na sociedade em seu sentido econômico, social e cultural, pois a inserção dessas tecnologias no ambiente de ensino constitui uma realidade mundial e, desse ponto de vista, a legislação brasileira trata a questão como política de Estado, onde o poder público tem o dever de pensar políticas públicas destinadas

à implementação de um sistema educacional inclusivo, considerando todo o território nacional, que é extenso e desigual.

Além do mais, o capital e modelo produtivo atual, capitalismo, implica no reconhecimento de que tanto a ciência quanto a tecnologia ocupam espaço de desenvolvimento jamais imaginados, sendo possível afirmar que se experimenta outra Revolução Industrial, que tem como característica proeminente a invasão das tecnologias em todo o contexto social dos indivíduos, desde atividades corriqueiras até o mercado de trabalho (SOUZA, 2018).

Disso se depreende que a educação se reveste na atualidade do papel de fator de desenvolvimento econômico, utilizado na geração de riquezas e fomentação do mercado. Nasce a categoria educacional voltada para o capital intelectual, que está atrelado ao mercado de trabalho, onde se usa a informação, a experiência para se manter no mercado com competitividade, considerando a heterogeneidade mercadológica.

Na sociedade do conhecimento, nesse viés, tem-se o binômio capital intelectual-empregabilidade, e nesse cenário a utilização da EAD é ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem que traz benefícios no sentido de facilitar a qualificação e inserção ou manutenção no mercado. Souza (2018, p. 46) afirma:

A denominada sociedade do conhecimento nada mais é que uma criação ideológica trazida pelo capitalismo, voltada para a dinâmica de produção e consumo, onde estar qualificado significa empregabilidade. Cada vez mais os empregadores exigem níveis de formação, em razão da necessidade de ofertar um produto/serviço de qualidade para manutenção dos consumidores.

O papel da EAD nesse cenário é o de promover hegemonia visando a empregabilidade a partir da qualificação e especialização do indivíduo para atuar com excelência no mercado de trabalho, considerando o papel econômico da educação. Os postos de trabalho, com a revolução da informática e meios de telecomunicação, estão interligados às aspectos como transmissão e o próprio processamento de informações.

Some-se a isso a visão da EAD como ferramenta de democratização do acesso à educação, considerando que muitos indivíduos têm que escolher entre trabalhar e estudar, e com isso acabam relegando a qualificação a segundo plano. O capital intelectual tem sido considerado como referência de uma economia da

informação, e facilitar o processo pode, inclusive, ser considerado como estratégia de mercado.

Souza (2018) afirma, ainda, que, de outro lado, há quem considere a EaD como resultado das ingerências políticas, econômicas e sociais decorrentes do modelo capitalista de produção, mas principalmente uma ferramenta de mudança no contexto social, considerando a educação emancipadora, com metodologias de ensino diferenciadas e que também precisam ser adaptadas à nova realidade social.

É óbvio que há críticas à EAD, sustentando-se o argumento de que a ferramenta tem sido explorada pelos detentores do capital, e isso culmina em prejuízos à formação, pois o que se objetiva não é expandir conhecimento e democratizar o acesso ao ensino, mas construir fábricas de trabalhadores, e isso prejudica o conhecimento em si. Isso se intensifica quando se fala de determinados cursos, como os da área de saúde, pois não se pode focar somente no trabalhador, mas também no público que receberá os serviços.

Compreender os impactos gerados por esse processo implica conhecer sua história, origem e evolução ao longo do tempo e, conseqüentemente as implicações provocadas no meio acadêmico com a educação à distância, além dos desafios e progressos que pode ocasionar.

Sobre isso, Alves (2011) aponta que, a despeito de muitos autores declararem o Apóstolo Paulo como o primeiro educador à distância, considerando que suas epístolas ensinavam como viver dentro das doutrinas cristãs em ambientes desfavoráveis e estas teriam sido divulgadas em meados do Século I, os marcos históricos que consolidaram o Ensino à Distância no mundo remontam ao século XVIII, mais especificamente ao ano de 1728, quando o Prof. Caleb Philipps ofereceu, em anúncio na Gazeta de Boston, material para ensino e tutoria por correspondência.

Perceba-se que a emergência dessa modalidade de ensino ocorreu de forma tímida e sem o objetivo de alcançar a proporção que atualmente se observa. É nesse sentido que, após iniciativas particulares, tomadas por um longo período e por vários professores, no século XIX o Ensino à Distância começa a existir institucionalmente, pelo propósito a que se dispunham aqueles que utilizavam essa modalidade de ensino, mesmo sem o impacto e relevância que hoje tem. A tabela abaixo explicita um histórico, com os acontecimentos que marcaram cada época.

TABELA 1 - Histórico do EaD no mundo.

PERÍODO	ACONTECIMENTO
1829	Inauguração do Instituto Líber Hermondes na Suécia
1840	É inaugurada a primeira escola por correspondência na Europa, na Faculdade Sir Isaac Pitman, no Reino Unido
1856	Em Berlim a Sociedade de Línguas patrocina curso de francês por correspondência
1892	É criada a Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes na Universidade de Chicago
1922	São iniciados cursos por correspondência na União Soviética
1935	O Japanese National Public Broadcasting Service dá início aos programas escolares pelo rádio, como complemento e enriquecimento da escola oficial
1947	A transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, por meio da rádio
1948	Na Noruega é criada a primeira legislação para escolas por correspondência
1951	Nascia a Universidade de Sudáfrica, atualmente a única a distância da África, e exclusivamente nesta modalidade de ensino
1956	Chicago Tv College, nos Estados Unidos, inicia a transmissão de programas educativos pela televisão, cuja influência pode notar-se rapidamente em outras universidades do país que não tardaram em criar unidades de ensino a distância, baseadas fundamentalmente na televisão
1960	Nasce na Argentina a Tele Escola Primária do Ministério da Cultura e Educação, que integrava os materiais impressos e à tutoria
1968	É criada Universidade do pacífico Sul, instituição regional pertencente a 12 países-ilhas da Oceania
1969	No reino Unido é criada a Fundação da Universidade Aberta
1971	A Universidade Aberta Britânica é fundada;
1972	Na Espanha é fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância
1977	Criação da Fundação da Universidade Nacional Aberta, na Venezuela
1978	É fundada na Costa Rica a Universidade Estadual a Distância
1984	Na Holanda é implantada a Universidade Aberta
1985	Criação da Fundação da Associação Europeia das Escolas por Correspondência; bem como é realizada a implantação da Universidade Aberta Indira Gandhi, na Índia
1987	O parlamento europeu divulga resolução sobre Universidades Abertas na Comunidade Europeia; e ainda, é criada a Fundação da Associação Europeia de Universidades de Ensino a Distância
1988	É criada em Portugal, a Fundação da Universidade Aberta
1990	A Rede Europeia de Educação a Distância é implantada, com base na declaração de Budapeste e o relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Europeia.

FONTE: Elaborado pela autora (2021).

Perceba-se que desde 1829 a 1990 diversos contextos históricos foram integrando a trajetória da construção da educação à distância. Realizar esse

levantamento é necessário para a compreensão da importância desses acontecimentos e instituições para a consolidação dessa modalidade de ensino, que hoje constitui uma realidade em todas as partes do mundo, funcionando como alternativa viável ao ensino presencial.

A tabela 1, nesse sentido, evidencia a divisão dos fatos históricos que integram essa trajetória em gerações, o que coaduna com as cinco gerações apresentadas no capítulo anterior, onde a primeira, por exemplo, é marcada pelos cursos por correspondência, e a segunda comporta esses cursos aliado à oferta de materiais impressos, como fitas de vídeo, programas da televisão, entre outros.

O cenário de expansão da educação à distância no Brasil remete à ocorrência de outro fenômeno, qual seja o referente às experiências com as tecnologias da informação na EaD, que tem fomentado, cada vez mais, mudanças nas práticas pedagógicas da educação presencial, por meio da gradual inserção dessas ferramentas como mecanismo de ensino. Sobre isso, assinalam Lima, Sá e Pinto (2014, p. 28):

De forma paulatina, os recursos e as técnicas destinados inicialmente à educação eletrônica virtual foram sendo inseridos no contexto da educação de um modo geral, passando a serem utilizadas aquelas tecnologias, hoje mais evoluídas, no âmbito da educação convencional, que começou a aliar ambas as modalidades de ensino no sentido de fortalecer novas políticas pedagógicas.

Isso significa que, em parte, as experiências tecnológicas utilizadas no ambiente de ensino virtual são utilizadas e fomentadas por professores que atuam na EaD no sentido de buscar melhoria no desempenho do ensino presencial, de modo que as modalidades não sejam contrárias, mas complementares.

A educação à distância, a despeito das críticas que sofre, não configura um produto das tecnologias atuais de comunicação e informação, como a Internet e as transmissões de imagens via satélite, mas é sim uma modalidade de ensino que utiliza essas tecnologias e meios de comunicação para tornar mais dinâmico e interativo o ambiente de ensino, complementado a experiência vivenciada na sala de aula presencial. Sobre essa questão, aduz Longaray (2014, p. 2):

A primeira notícia registrada acerca desse novo método de ensinar, à distância, foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na Gazette de Boston, EUA), onde o mesmo enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos no curso. Depois, em 1840, na Grã-Bretanha, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia, também por correspondência. Isso evidencia que a educação à distância não surgiu em decorrência da evolução dos meios tecnológicos,

mas estes foram sendo inseridos como ferramenta pedagógica na melhoria do ensino, a fim de alcançar mais pessoas.

Considerando a trajetória percorrida pela modalidade de ensino à distância, percebe-se que houve a apropriação dos meios tecnológicos e de comunicação, potencializados pela internet, para transmitir conhecimento às pessoas em qualquer lugar do mundo, independentemente de questões geográficas, econômico e sociais.

3.2. HISTÓRICO DO ENSINO À DISTÂNCIA NO BRASIL

Acerca do ensino à distância, de acordo com Alves (2011), os registros de sua emergência no Brasil remontam ao século XX. Rodrigues e Carvalho (2011) assinalam que no ano de 1904 o Jornal Brasil realizou a oferta de curso por correspondência de datilografia, representando um primeiro momento da educação à distância no país, sem a utilização, é claro, de instrumentos tecnológicos.

Já em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro passou a ofertar cursos de línguas, fornecendo material aos alunos, e, em meados de 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação ampliou a atuação das escolas radiofônicas dos Estados nordestinos, culminando na eclosão do Movimento de Educação de Base – MEB, que consistia num sistema que adotava a modalidade de educação à distância, mas sem o caráter formalizado, objetivando o desenvolvimento e incentivo da alfabetização para jovens e adultos, utilizando como ferramenta propagadora os equipamentos de rádio (ALMEIDA, 2012).

Ressalte-se, nesse ponto que a trajetória da educação à distância no Brasil se confunde com a história dessa modalidade de ensino no mundo, principiando com os cursos por correspondência e de forma gradual incorporando outros meios de comunicação.

Jesus (2013), na continuação da trajetória da EaD no Brasil, assinala que em 1961 ocorreu a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que corroborou com a expansão do Movimento de Educação de Base para o Brasil como um todo, tornando oficial o referido movimento. Já no ano de 1941, como aduz Almeida (2012), tem-se o surgimento do Instituto Universal Brasileiro, trazendo a ampla oferta de oferecendo cursos profissionalizantes, todos utilizando a metodologia do ensino à distância.

Em meados de 1947, ainda na década de 90, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, e o Serviço Social do Comércio – SESC, fazem emergir a Universidade do Ar, que traz uma oferta de cursos voltados para o âmbito comercial com a utilização do serviço radiofônico. A dinâmica era da seguinte forma: os interessados no curso adquiriam o material e o estudavam a fim de responder aos questionamentos contidos nesse material, sendo auxiliados por monitores, sendo as aulas transmitidas via rádio.

O Senac ainda hoje oferece esses cursos adotando a modalidade de ensino à distância. A partir de 1970 o poder público torna obrigatório para emissoras de rádio a transmissão gratuita de programas voltados para a educação, de forma continuada e habitual, ocorrendo uma vez por semana. Com o tempo as tecnologias utilizadas nesse processo foram evoluindo. Sobre isso, assinala Alves (2011, p. 3):

A Educação à Distância, modalidade de educação efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, onde professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, está sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, Educação Superior e em cursos abertos, entre outros. A inserção dessas ferramentas ocorreu de forma gradual e hoje é uma realidade inegável e que traz vantagens ao ensino.

Seguindo com a trajetória da EaD no Brasil, tem-se a transmissão do denominado “Telecurso 2000”, programa exibido com o apoio da Fundação Roberto Marinho. Alves (2012), assinala sobre isso, que nesse programa havia a iteração entre educador e educando, onde estes últimos assistiam às instruções transmitidas, acompanhando com material que era adquirido em bancas de jornal. Com isso, diversos cursos foram disponibilizados, promovendo a qualificação e profissionalização dos indivíduos.

A partir disso, e considerando o célere desenvolvimento tecnológico e o acesso cada vez mais facilitado à internet, a modalidade de ensino à distância tomou proporções mais expressivas. Isso porque, além das ferramentas já utilizadas, como a radiodifusão e a televisão, novos mecanismos, como o computador e a Internet, foram sendo inseridos nesse âmbito. A emergência dos ambientes virtuais, com isso, era inadiável (ALMEIDA, 2012). A partir de então, softwares voltados para o gerenciamento dessa modalidade de ensino, no sentido de promover o gerenciamento de atividade online foram se consolidando. Nesse contexto, instituições como a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, tem se

tornado referências quando o assunto é EaD, tendo desenvolvido um ambiente virtual próprio, que é o TelEduc (JESUS, 2013).

Ponto importante de ser abordado sobre a EaD é o público a quem se destina. De acordo com estudos sobre o tema se notou que os destinatários, em sua maioria, são essencialmente adultos, pois a facilidade de acesso a essa modalidade de ensino permite que trabalhem e estudem, sem que haja prejuízo a um ou a outro. Sobre isso, aduz Alves (2011, p. 1):

É um dado inegável que o público alvo da EaD, os alunos que estudam nessa modalidade de ensino online são, em regra, adultos, considerando que essa espécie de aprendizagem, que se dá em qualquer lugar e a qualquer hora, permite-lhes continuar trabalhando em turno integral sem deixar de também dar atenção à família. O aluno online “típico” é geralmente descrito como alguém que tem mais de 25 anos, está empregado, preocupado com o bem-estar social da comunidade [...]

A facilidade observada no ensino à distância se dá tanto pelo fato do acesso ser possível em qualquer lugar e a qualquer hora, o que permite ao aluno planejar seu tempo, acompanhar prazos de atividades, dentre outras questões, bem como pela possibilidade de planejamento quanto aos dias em que haverá aula, que pode ser uma, duas, três vezes por semana, ou mesmo acesso mensal, de acordo com a instituição que oferecer o curso.

Isso permite uma margem de liberdade que garante a adequação de tempo e facilita ao indivíduo conquistar uma diploma, em consonância com suas demais atribuições. Isso não significa que privilégios sejam oferecidos, mas que é franqueado ao aluno planejar melhor suas atividades. Além disso, existem entidades que possibilitam polos de acesso ao aluno, onde o indivíduo que não possui os equipamentos necessários em casa pode se dirigir a esse polo e ter acesso às aulas, que, aliás, ficam gravadas.

A interação do aluno com o professor se dá através de chat no próprio ambiente virtual, sendo possível a realização de questionamentos online, em tempo real. Além disso, é possível essa interação mesmo após a aula por meio da Tutoria online. Sobre a adaptação às diversas realidades evidenciadas na EaD, tem-se, de acordo com Jesus (2013, p. 16):

A Educação à Distância consiste numa modalidade de ensino que cada vez mais está se destacando no cenário atual, principalmente porque se adapta à diferentes realidades dos alunos que procuram formação mediante este meio. Não se trata de uma forma facilitada de conseguir títulos, muito menos de formação de baixa qualidade. Trata-se de um sistema que atende as necessidades de um público específico e está atingindo cada vez mais segmentos.

Pesquisas recentes evidenciam que as duas modalidades de ensino, presencial e à distância, estão caminhando para um aproximação que culminará num modelo único híbrido, onde as vantagens de cada modalidade serão aproveitadas para dinamizar o processo de ensino e aprendizagem, evitando que fique deficiente quanto à qualidade (ALMEIDA, 2012).

Alves (2011) e Jesus (2013) são alguns autores que defendem esse entendimento. A implementação desse modelo híbrido será mais notória no âmbito das instituições que oferecem, de forma concomitante, as modalidades de ensino tanto presencial quanto à distância. No Brasil, em razão da emergência de programas como a Universidade Aberta do Brasil – UAB, e a Escola Técnica Aberta do Brasil – Etec, algumas instituições já experimentam essa realidade.

A realidade da educação à distância no Brasil traz registros conhecidos que datam do século XX em diante, sendo possível notar desafios e interrupções que marcaram os períodos evolutivos. Segundo Longaray (2014), o desenvolvimento dessa modalidade de ensino decorreu, em princípio, do processo de industrialização iniciado na Europa e que se expandiu para o restante do mundo.

Isso porque, conforme Alves (2011), a transformação da realidade social no que concerne às exigências de qualificação para o exercício dos postos de serviço nas fábricas fez emergir uma demanda por políticas educacionais voltadas para a formação do trabalhador para essas funções.

Longaray (2014, p. 2) assinala que a educação à distância “atinge um grande número de pessoas e se revela como um fator importante no processo de inclusão e democratização da educação na sociedade do conhecimento”. Em razão disso, é primordial romper com a discussão acerca das peculiaridades dessa modalidade de ensino, a fim de que os debates e estudos se centralizem nas razões da educação, bem como nas trajetórias de construção teórica e prática no âmbito da educação, que refletirá nos caminhos pedagógicos que serão utilizados. Abaixo, nesse sentido, são apresentados alguns destaques da história do EaD no Brasil no século XX.

TABELA 2: Histórico do Ead no Brasil.

PERÍODO	ACONTECIMENTOS
Década de 20	Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto lideram um grupo que institui a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e que oferece diversos cursos.
Década de 30	Criação da Rádio-Escola Municipal no Rio por Roquette Pinto; Surgimento do Instituto Monitor, em São Paulo (oferece sistematicamente

	<p> cursos profissionalizantes a distância por correspondência).</p>
Década de 40	<p>Fundação do Instituto Universal Brasileiro, segundo no país a oferecer profissionalização de forma metódica; Nasce a primeira Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. Durou até 1944 e em 1947 uma nova Universidade do Ar com o objetivo oferecer cursos comerciais radiofônicos, inovando na utilização de monitores.</p>
Década de 50	<p>Criação de algumas escolas radiofônicas pela Diocese de Natal, originando o Movimento de Educação de Base – MEB.</p>
Década de 60	<p>Fundada em 62, em São Paulo, a Ocidental School, focada no campo da eletrônica, de origem americana; Já 1967, a Fundação Padre Landell de Moura cria o núcleo de Educação a Distância.</p>
Década de 70	<p>A TV Ceará principiam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries, com material televisual, impresso e monitores e há também a criação do Instituto Padre Reus; dois anos depois é criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional; Criação de cursos veiculados por jornais e revistas pela Universidade de Brasília, vanguardista no uso da EaD, no ensino superior no país.</p>
Década de 80	<p>Fundação do Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo-Americano que oferecia Ensino Fundamental e Médio à distância; Desenvolvimento de uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominado “Abrindo Caminhos” pelo SENAC.</p>
Década de 90	<p>Tem início programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto com o nome “Um salto para o Futuro”; Criação da Universidade aberta de Brasília; Criação do Centro Nacional de Educação a Distância; Criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED); A EAD é abarcada na legislação educacional, com a nova LDB legitimando a educação a distância uma modalidade de educação através do seu artigo nº80.</p>

FONTE: Elaborado pela autora (2021).

As tecnologias da informação modificaram a concepção da aprendizagem educacional em relação ao espaço em que esta atividade se processa. Nos espaços tradicionais de educação, onde prevalece a modalidade de ensino presencial, coexiste outra modalidade que se consolida a cada dia como alternativa ao presencial, a Educação à Distância. A transformação decorre das novas demandas sociais, onde os indivíduos buscam adquirir aprendizado sem abrir mão do trabalho e atenção familiar. Os critérios limitantes do ensino presencial são dirimidos pela modalidade EaD, onde questões como tempo e espaço não são tão relevantes.

Como explanado em item anterior, no Brasil a EaD é reconhecida e conceituada por meio da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seu art. 80 legitima essa modalidade de ensino como integrante do sistema educacional nacional e do processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis de ensino (ALMEIDA, 2012).

A modalidade EaD cresce exponencialmente no Brasil. Em 2005 eram 114 mil estudantes na educação à distância, já em 2013 esse número aumentou para 4.044.315 (ABED, 2013), em consonância com os avanços da tecnologia da informação, bem como da própria demanda da sociedade moderna. Longaray (2014, p. 370) assinala o seguinte acerca do EaD:

A Educação à Distância, em contraposição a educação presencial, possui, durante parte de sua história, uma trajetória própria, sem que, em toda ela, tenham tido intersecções diretas na educação presencial, vindo a convergir por ocasião da disseminação de estudos e de discussões do uso, do papel e do impacto da rede mundial nos processos de ensino e aprendizagem, tanto em atividades de apoio presencial como a distância.

Considerando o aspecto histórico e a inserção da educação à distância no contexto da educação nacional por meio da adesão às federais de EaD dispostas em lei, as entidades de ensino federais rompem, em princípio, com o processo centralizado de tomada de decisões comum ao ensino presencial. Com isso é inovado o contexto de ensino técnico profissionalizante, que deixa de ter somente a opção presencial, permitindo mais uma alternativa, que alia comodidade, praticidade e ensino.

Nesse sentido, o governo federal tem fomentado a adoção da EaD como política educacional, ou seja, como estratégia no âmbito das políticas públicas em educação para atingir os objetivos delineados no Plano Nacional de Educação – PNE, de forma a permitir a expansão do ensino superior em todas as áreas de conhecimento, em especial aquelas consideradas como essenciais para a redução do acesso desigual a essa esfera de ensino (RODRIGUES, 2011).

Essa ambiente é propício, considerando o aspecto institucional, para que as modalidades de ensino presencial e à distância dialoguem entre si e estabeleçam uma relação. Essa já é a realidade, inclusive, de alguns institutos federais, como o de Santa Catarina, por exemplo, onde os professores aliam as duas modalidades.

O Plano Nacional de Educação, nesse sentido, que tem projeção decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, com validade para o período de 2014 a 2024, traz como uma de suas estratégias a expansão da oferta de cursos de pós-

graduação *stricto sensu*, utilizando como metodologia inclusive recursos e tecnologias de educação a distância. Isso evidencia a preocupação do Estado brasileiro em se adequar às novas realidades, colocando isso como política pública em educação que, aliás, ultrapassa contextos governamentais por força de previsão constitucional, onde a Constituição Federal de 1988 dispõe em seu art. 214 acerca da durabilidade de 10 anos desse plano, rompendo com as barreiras de governos, que duram quatro anos (LONGARAY, 2014).

Isso denota, na verdade, o curso normal da questão, considerando que a cada dia novas tecnologias da informação emergem, de forma que as duas culturas educacionais em algum momento inevitavelmente convergirão para a adoção de práticas educacionais comuns. A razão disso é que essas novas tecnologias ampliam a capacidade de interação entre educador e educando na modalidade à distância, com a criação de softwares e programas específicos para viabilizar essa comunicação.

Perceba-se que a inserção dessas ferramentas não representa tão somente utilizar as tecnologias da informação na realização de cursos técnicos EaD, mas incorporar novas didáticas na própria modalidade presencial. Daí se afirmar que haverá convergência de práticas e caminhos pedagógicos educacionais.

Jesus (2013) assinala que em meio a esse debate estão os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, a saber o professor e o aluno. A nova realidade exige que os profissionais se adaptem ao cenário revestido pela tecnologia, adotando novos métodos de ensino. A ideia é tornar o ambiente virtual tão aproximado do presencial que a distância entre educador e educando seja um detalhe.

De outro lado, Longaray (2014) aduz que, apesar da ampliação nos últimos anos da educação à distância, ainda existem barreiras a serem transpostas, envolvendo desafios referentes à adoção progressiva dessa modalidade de ensino enquanto metodologia de aprendizado e não como somente uma alternativa. Além disso, existe o fator econômico, pois é necessário construir uma estrutura duradoura que comporte a demanda no que concerne ao aparato físico e tecnológico, que ainda é sensivelmente deficiente em diversas regiões do Brasil, que possui um geografia continental. Acerca disso, assinala, ainda, o mesmo autor (2014, pp. 08-10):

Gerir a educação à distância tem sido um desafio para os educadores, que a encaram sob uma lógica de gestão empresarial ou mesmo educacional, com seus princípios, suas regras. Deixa-se, no entanto, de considerar as peculiaridades intrínsecas a essa modalidade de ensino. Isso requer uma forma de gestão diferenciada pelos fatores que envolve, que são distintos do presencial no que tange aos conceitos metodológicos. Variados aspectos da EaD implicam numa gestão deficiente de fundamentação e entendimento aprofundado.

Disso se depreende que a conceituação e previsão legal do EaD não é a tarefa mais delicada e complexa. No Brasil e no mundo existem bases consolidadas sobre isso. O grande desafio está em operacionalizar esse sistema de ensino sem perder a eficiência da educação nas diversas esferas educacionais. Flexibilizar espaços físicos para os alunos, definir metodologias avaliativas que preencham os critérios e diretrizes legais, além do agir do docente, sua atuação nesse contexto são alguns pontos que devem ser dirimidos e isso exige tempo, fundamentação teórica e prática, que vai além de apontar vantagens e desvantagens na adoção da EaD.

A ideia do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UA, emergiu no ano de 2005 e o objetivo era realizar uma experiência a fim de buscar estabelecer uma parceria entre universidades públicas e as esferas federal, estadual e municipal de governo, objetivando a integração e articulação de um sistema educacional em âmbito nacional referente ao ensino superior. Adotar ações coordenadas, com previsão de programas e projetos que incluam atividades que possibilitem a ampliação do acesso à esse nível educacional em todos o país, sem perder a qualidade. Em 2006, o Decreto nº 5.800 passou a regulamentar a questão da Universidade Aberta (ALMEIDA, 2012). (VIEIRA, 2018)

Em seus artigos 1º e 2º o referido Decreto prevê a instituição do sistema, traz objetivos e fala da colaboração entre os entes federativos, como se vê, *in verbis*:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, **voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.**

Parágrafo único. São **objetivos** do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

[...]

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Art. 2º - O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial (BRASIL, 2006).

Perceba-se que antes de implementar de forma mais incisiva a educação à distância, o Decreto prevê a qualificação dos professores, dos gestores em ensino, focando, de modo prioritário, na formação inicial e continuada desses agentes. Como finalidade precípua da Universidade Aberta se tem a fomentação do desenvolvimento da modalidade de educação à distância, a fim de alcançar a expansão no ensino Superior no Brasil. Inclusive na estrutura do MEC, foi criada uma Secretaria de Educação a Distância, a fim de viabilizar esses objetivos (JESUS, 2013).

3.3. CURSOS DE ENFERMAGEM: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

3.3.1. Enfermagem: cuidado necessário e especializado

Compreender a história é essencial para compreender como surgiram governos, modelos de ensino, formas de lidar com doenças, dentre outras questões, do mesmo modo que o futuro é reflexo das ações empreendidas no presente sobre determinado tema. Dessa forma, para melhor entender as nuances entorno da enfermagem nos contextos mundial e no Brasil, serão tecidas breves considerações acerca da emergência da enfermagem como cuidado necessário e especializado para lidar com tratamentos médicos.

Marçal et Al. (2014) assinala, sobre isso, que, em se tratando de registros na história acerca de tratamentos de doenças, de cuidados (paliativos ou não), as informações remetem ao período Pré-Cristão, quando as doenças era consideradas como punição divina ou consequência da ação maligna do diabo, sempre havendo uma relação de causa e efeito, onde o doente merecia, de algum modo, aquele castigo.

Essas crenças limitantes acabavam por conferir o “poder de cura” a sacerdotes ou bruxas, que exerciam o papel de médicos e enfermeiros, sendo os responsáveis por oferecer tratamento aos que precisassem, que, aliás, era constituído da realização de sacrifícios, a fim de que os deuses se acalmassem. Se

o doente fosse efetivamente curado significava que o sacrifício havia sido aceito, do contrário, não teria havido aceitação (MENDES, 2015).

Com o tempo, esses indivíduos, a quem se relegava o poder de curar, foram adquirindo conhecimento referente ao uso medicinal de plantas, que provocavam diversas sensações no enfermo, desde náuseas até calafrios e torpor. Esse conhecimento poderia ser repassado pelos sacerdotes e bruxas, que denominavam seus aprendizes de enfermeiros e farmacêuticos, que seriam responsáveis por ministrar a medicação, de acordo com a enfermidade.

Quando se aborda mais especificamente a existência de documentos que registrem a prática da enfermagem ao longo da história, tem-se registros hindus sobre anatomia e farmacologia, que remontam ao século VI antes de Cristo, envolvendo estudos acerca de músculos, vasos linfáticos e o processo digestivo. Além disso, havia descrição de procedimentos, como amputações (MOURÃO; L'ABBATE, 2011). Assevere-se, aliás, que o povo hindu são citados na história pela construção de hospitais, e por terem imposto como exigência em relação aos enfermeiros o conhecimento científico.

De um modo geral, no que concerne a outros povos e culturas, havia o uso de plantas com características medicinais e o tratamento de algumas doenças que existem ainda hoje, como a sífilis na China. Porém, os procedimentos no âmbito da saúde eram caracterizados pelo instinto de cuidado, sem uma regra a ser seguida. A ideia era garantir a sobrevivência humana, ainda que de forma primitiva e muito relacionada à mulher.

Nesse contexto, percebe-se que a Enfermagem se associa a esse cuidado dos povos primitivos. Em princípio refletiu as práticas sacerdotais intrinsecamente relacionadas às religiosas, num contexto empírico. Esse saber baseado no empirismo se estendeu por séculos, sendo repassado no seio das famílias, escolas, igreja (MENDES, 2015).

Com o tempo, de acordo com Jesus (2013), emergiram escolas direcionadas ao ensino de práticas na saúde referentes à tratamento e cura no sul da Itália e na Sicília, onde surgiram conceitos e fundamentos diversos sobre a estrutura, anatomia e funcionamento do corpo humano, que acabaram por ser considerados como marco na evolução do empirismo até então adotado. Acerca da questão, assinalam Okagawa, Bohomol e Cunha (2013, p. 16):

A construção dos caminhos do ensino no âmbito da educação era associada aos saberes filosóficos e religiosos, onde a referência eram os sacerdotes e mestres, que principiavam a formação de grupos de Enfermagem. A realização de partos, por exemplo, era uma referência de cuidados nesse sentido, que eram, como regra, desenvolvidos por mulheres, mais uma vez atrelando o cuidado a mulher.

Com o progresso das noções relativas à ciência o cenário começou a ser gradualmente modificado, conferindo um caráter mais científico às práticas de saúde. A relação que passou a ser analisada era de causa e efeito, onde a experiência, o conhecimento, e o próprio raciocínio lógico conduz à descoberta acerca das motivações das doenças e, mediante a observação dos fenômenos conhecidos se buscava chegar a uma conclusão, sem, ainda conhecer aspectos da anatomia e fisiologia do corpo humano.

Nota-se uma evolução mais sensível quanto à Enfermagem, por ocasião da eclosão dos movimentos Renascentistas e da Reforma Protestante, onde o poder da igreja foi duramente contestado. Esse período se estende de meados do final do século XIII até o início do XVI, quando as questões científicas ganham maior relevância e interesse, o que inclui a evolução das universidades (REIBNITZ et Al., 2016; PERES; ALMEIDA FILHO; PAIM, 2014).

A partir de então as práticas relativas à saúde no contexto da enfermagem traz uma análise que considera questões político-econômicas e os contextos sociais, pois os comportamentos introduzidos na sociedade pela era capitalista refletiram nesse processo. Rodrigues e Peres (2013) assinala que isso principiou a emergência da enfermagem de forma profissionalizada e institucional. Isso tudo se deu lado a lado com a Revolução Industrial ocorrida em meados do século XVI, e vai até o século XIX quando surge a enfermagem moderna na Inglaterra.

Essa fase foi acompanhada de um processo de reorganização dos hospitais, que não refletiu nas condições de salubridade referentes ao exercício das práticas de enfermagem. Quem possuía condições e recursos recebia tratamento em sua residência. Em contrapartida quem era desprovido de recursos, eram usados, em outras palavras, como cobaias, que propiciavam construção de saber sobre enfermidades, o que acabava sendo usado como benefício em prol dos ricos. É nesse contexto que a Enfermagem inicia sua atuação, quando Florence Nightingale foi convidada pelo Ministro de Guerra da Inglaterra, para exercer as práticas relacionadas a esse ramo em favor dos soldados feridos em combate, no sentido de

lhes fornecer atendimento especializado para que pudessem continuar em combate ou não retornar com sequelas graves para casa.

3.3.2. Breve histórico da Enfermagem no Mundo e no Brasil

Quando Florence Nightingale foi convidada para na recuperação e cuidados especializados de enfermagem juntos aos soldados na Guerra (1854) isso lhe garantiu visibilidade, motivo pelo qual é considerada pioneira da Enfermagem moderna (MAGNAGO et Al., 2017). No cenário da Guerra da Criméia, Florence, em comunhão de esforços com mais 38 mulheres estruturou uma espécie de hospital, onde receberam atendimento cerca de 4000 soldados, contexto no qual a taxa de mortalidade foi reduzida de 40% para 2%. Em 1860, usando o valor do prêmio que ganhou por sua atuação, Nightingale fundou a primeira escola de enfermagem no Hospital St. Thomas, em Londres (FERREIRA; NASCIMENTO, 2017).

Dentre as bases que contribuíram para a fundação da referida escola estão experiência de formação da fundadora, que teve um alicerce educacional que lhe possibilitou aprender diversos idiomas, além e permitir a realização de estágio junto ao Instituto de Diaconisas de Kaiserswerth, na Alemanha, onde teve acesso aos conhecimentos acerca enfermagem.

O estabelecimento dessa área de conhecimento não foi, entretanto, sem a transposição de barreiras. Foram diversos desafios enfrentados, principalmente no tocante à incompreensão sobre os valores inerentes ao desenvolvimento da profissão. O início do processo, como assinalado, deu-se na Inglaterra (Londres). Já em 1973 surgiu nos Estados Unidos uma escola, e no ano de 1877 se tem registros de enfermeiras formadas oferecendo serviços a domicílio em New York (FERREIRA; NASCIMENTO, 2017).

Como fundamentos teóricos dessas escolas, observavam-se quatro pontos específicos, de acordo com o ideal de Nightingale. Em princípio, tem-se que o treinamento dessas profissionais sustentava o mesmo nível de importância de qualquer outra área do conhecimento e, por isso, deveria ser responsabilidade do Estado arcar com os custos da formação. Em seguida, ressalta-se a ligação que deveriam essas escolas ter com hospitais, em razão da natureza da atividade. Esse relacionamento intrínseco, porém, não poderia interferir na autonomia financeira e administrativa das escolas de enfermagem, que devem gozar de independência. Por

fim, durante o treinamento as educandas em enfermagem (em princípio era uma profissão voltada para a mulher) deveriam ter à sua disposição residência com condições mínimas, considerando a integralidade da formação, e às proximidades do hospital.

Em se tratando de Brasil, segundo Machado et Al. (2016) o processo de estruturação da Enfermagem remonta ao período colonial, consolidando-se em meados do século XIX. Em princípio, como se deu na esfera internacional, a profissão emerge como atividade voltada à prestação de cuidados básicos e especializados aos enfermos, a ser desenvolvida por um conjunto de pessoas constituído, em grande parte, por escravos (FERREIRA; NASCIMENTO, 2017), que naquele momento já prestavam serviços nas casas.

Nesse sentido, quando da ocorrência da colonização do Estado brasileiro, foram estruturadas as Casas de Misericórdia, originárias de Portugal, em diversas partes do Brasil, como na Vila de Santos (1543), que, aliás, foi a primeira. Posteriormente, surgiram no Rio de Janeiro e Vitória, por exemplo, mas não foram somente essas.

No que concerne à saúde no Brasil, evidencia-se a contribuição do Padre José de Anchieta, que ultrapassou os limites do ensino, não se prendendo à tarefa de catequisar, e ampliou para a ciência e outros saberes (ALMEIDA, 2012). Nesse contexto, prestava atendimento a quem tinha pouca ou nenhuma condição de pagar pelo serviço de um médico ou enfermeiro. Com isso, o Padre registrou diversas informações sobre doenças mais comumente observadas no país. Assinalam Machado et Al. (2016, pp. 25-29) acerca disso:

Não se tinha, nesse período, ferramentas evoluídas na oferta do tratamento de doentes. Usava-se a terapêutica fundamentada nos conhecimentos de plantas e ervas com características medicinais, que nos achados de Anchieta vinham criteriosamente descritos. Daí se supor que os Jesuítas realizavam uma espécie de supervisão da atividade daqueles que treinavam, porém não há nada documentado que comprove essa questão. Somando à história de Anchieta está a de Frei Fabiano Cristo, que prestou por anos o serviço de enfermeiro no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, ainda no século XVIII, quando a enfermagem caminhava a passos lentos no Brasil.

O histórico no Brasil evoluiu paulatinamente, considerando o próprio contexto internacional, que, como assinalado, principiou com o exercício da enfermagem por bruxas e sacerdotes, pois se associava as doenças com castigo divino ou como interferência demoníaca. No Estado brasileiro foi relevante a atuação dos escravos,

que auxiliavam na prestação de cuidados específicos aos enfermos, em conjunto com os religiosos.

No ano de 1738 emergiu a Casa dos Expostos, no Rio de Janeiro, fundada por Romão de Matos, implantando-se, ainda que após ter decorrido lapso temporal expressivo, já em 1822, medidas protetivas referentes à maternidade. Foi nesse ambiente que funcionou a primeira sala de partos. Mais adiante, no ano de 1832, passou-se à estruturação da educação em medicina, surgindo a primeira faculdade no Estado do Rio de Janeiro.

Em meados do século XX (ROJO et Al., 2011) expressiva quantidade de estudos na seara médica surgiram abordando o tema “Higiene Infantil e Escolar”, expandindo os caminhos para novas conquistas. O avanço nessa esfera não representou, porém, o mesmo progresso no âmbito da Enfermagem, onde poucos destaques são citados, entre os quais se evidencia Anna Nery.

Nery, de acordo com Ferreira e Nascimento (2017), contraiu matrimônio com Isidoro Antônio Nery, que faleceu de forma precoce e deixou viúva com dois filhos. Um dos filhos seguiu carreira militar e o outro seguiu pelo estudo da medicina, ambos foram prestar serviços à pátria, o que fez com que Ana se voluntariasse para trabalhar no campo de batalha. Lá improvisou hospitais e trabalhou incansavelmente em prol dos soldados feridos. Seus feitos lhe renderam honrarias e a primeira escola de enfermagem construída no Brasil foi intitulada com seu nome.

Isso evidencia que os registros encontrados na história acerca da construção da trajetória da enfermagem no mundo e no Brasil demonstram que não ocorreu a consolidação de forma célere, foram muitos desafios enfrentados até que se percebesse a importância da profissão no âmbito dos cuidados especializados.

4 ENSINO DA ENFERMAGEM NO BRASIL

Formalmente, em 1890 teve início no ensino da enfermagem no Brasil, através do sancionamento do Decreto nº 791/1890, que instituiu o Hospício Nacional de Alienados, estabelecimento que tinha a finalidade de formar e especializar esses profissionais para atuar especificamente em hospitais que prestavam atendimento a civis e militares (SILVA, 2013). Posteriormente, surgiu a Escola Alfredo Pinto, em decorrência da necessidade de promover a capacitação dos profissionais para exercer as atividades nesse âmbito. Toda essa movimentação era gerenciada e supervisionada por médicos.

Mendes (2015) e Galleguillos e Oliveira (2001) assinalam que a introdução da Enfermagem Moderna no país ocorreu em 1923, quando se deu a estruturação e organização da atividade de enfermeiras pelo Departamento Nacional de Saúde Pública – DNSP. O objetivo precípua da sistematização desse ensino era a formação de indivíduos que atuassem em prol da saúde de um modo geral, englobando o saneamento urbano, incluindo aspectos econômicos.

A capacitação desses profissionais era tarefa de que eram incumbidas as enfermeiras da Fundação Rockefeller, que vieram para o país exatamente para estudar e implementar um serviço de enfermagem organizado, enquanto política no âmbito da saúde pública (MACHADO et al., 2016). Nascia a escola de enfermagem Departamento Nacional de Saúde Pública, que apesar de ter sua criação no ano de 1922, teve seu funcionamento de fato a partir do ano de 1923 (MAAS, 2018). Posteriormente, em homenagem à Anna Nery, já no ano de 1926, a escola foi denominada de Escola de Enfermagem Anna Nery e, no ano de 1931, passou a ser chamada de Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nesse processo, referindo-se tanto ao ensino da enfermagem em seu princípio quando da introdução da enfermagem moderna no país, as responsáveis pelo repasse de conhecimento eram as irmãs de caridade e os auxiliares destas, que e regra eram leigos no assunto, atuando com fundamento em fatores empíricos (SILVA; ROMANINI, 2014). Perceba-se que não havia um programa a ser seguido. Não tinham bases científicas em que se apoiar. Eram conhecimento adquiridos pela experiência, que era repassados a quem se interessasse e preenchesse os requisitos valorativos e morais para tanto.

Em razão disso, os procedimentos eram simples e os critérios de seleção dos profissionais não incluíam questões relativas à escolarização. Tudo era de cunho essencialmente prático. Desde o início do processo de colonização do país foi assim que se deu o ensino no âmbito da enfermagem, o que se estendeu até meados do princípio do século XX, até onde se tinha um ensino com bases empíricas em sua essência. Acerca disso aduz Maas (2018, p. 32):

O conhecimento que se observava em relação à enfermagem envolvia o saber sobre o caráter medicinal de ervas e plantas, sem comprovação científica nesse sentido. Não havia catalogação de enfermidades, mas anotações rasas que davam um certo direcionamento sobre como agir naquela situação. Os índios usavam desses métodos para promover a cura. Com a colonização outros elementos foram introduzidos nesse meio, passando a delinear algo mais concreto sobre esse cuidado especializado.

Como assinalado, houve um momento na história da enfermagem em que essa atividade era desempenhada por sacerdotes e bruxas. Com a emergência da reforma protestante, por exemplo, ocorreu um rompimento do Estado com a igreja e a responsabilidade por lidar com os cuidados na área de enfermagem careceu de pessoal (BELLAGUARDA et Al., 2013), momento em que enfermeiras francesas vieram para o Brasil para preencher esses postos e suprir a necessidade de pessoal, ainda que de forma paliativa.

É inegável a influência do Sistema Nightingale nesse processo de expansão e consolidação da enfermagem ao redor do mundo. Nesse sentido, no ano de 1892, surgiu no Estado de São Paulo o Hospital Evangélico, que tinha como público alvo estrangeiros, atualmente denominado Hospital Samaritano, e as enfermeiras que o constituíam eram de procedência inglesas, tendo sido formadas em escolas que adotavam os fundamentos de Florence Nightingale (ALVES; BOHOMOL; CUNHA, 2015). O curso ofertado no Hospital Evangélico (1901 a 1902) era revestido das características desse sistema fundado por Florence, sendo que era oferecido às alunas a disciplina de idioma, com o objetivo de prepará-las para atuar nesse estabelecimento.

Não houve, entretanto, reconhecimento como escola desse hospital, apesar de funcionar como uma. Isso porque era oriunda de iniciativa privada e tinha a finalidade de formar e especializar profissionais para atuar especificamente no próprio hospital, sem o objetivo de formar enfermeiros para atuar em qualquer hospital (MENDES, 2015). A movimentação no sentido de pleitear melhores condições de trabalho, a fim de oferecer um atendimento mais especializado aos

feridos na 1ª Guerra Mundial, no ano de 1916 a Cruz Vermelha criou, no Brasil, a Escola de Enfermagem no Rio de Janeiro, que era vinculada ao Ministério da Guerra e promovia a formação de enfermeiros num curso com extensão de dois anos.

No que concerne ao tratamento legal inicial da questão, tem-se o Decreto nº 21.141/32, que versava acerca da regulamentação e da organização do quadro de Enfermeiras do Exército, onde quem fiscalizaria a escola de Enfermagem seria a Diretoria de Saúde da Guerra, e o Decreto nº 20.109/31, que trazia a regulamentação do exercício profissional em si da profissão, estabelecendo, ainda, critérios para que as escolas de enfermagem de um modo geral sejam equiparadas.

Segundo Mendes (2015), a despeito das características referentes ao ensino da enfermagem terem sido importadas da Inglaterra, do modelo Nightingale, não se pode negar que representou um avanço para o Estado brasileiro nesse contexto, no sentido de implementação, ainda que de forma tímida, de políticas públicas em saúde.

Isso porque havia necessidade de exercer algum controle e relação às endemias e epidemias, como a peste bubônica, considerando a deficiência de conhecimento científico nessa seara. Os reflexos da ausência de controle ocorrem em especial no âmbito econômico, colocando o país numa posição desfavorável em relação ao comércio internacional no que tange a investimentos (BACKES; MOYÁ; PRADO, 2011). Diversos fatores contribuíam para esse cenário, como a deficiência em equipamentos de saúde adequados e também em relação a mão de obra qualificada.

Como se observa, inicialmente o ensino da enfermagem no Brasil era tímido e observava características e fundamentos de escolas internacionais. De um modo geral esse ensino era oferecido na modalidade presencial, além de não possuir regras sedimentadas quanto ao currículo e regras a serem seguidas. Cada escola, em linhas mais específicas, adotavam uma formação mais direcionada, de acordo com o público que se dispunha a atender. Isso evidencia que a formação desses profissionais não objetivava sua inserção no mercado de forma massificada, mas privilegiando o atendimento em determinadas áreas e para determinadas pessoas.

O histórico da enfermagem no Brasil, nesse sentido, deu-se com base no empirismo, usando de conhecimentos adquiridos com as experiências práticas, sem a finalidade de testar a efetividade de tratamentos e medicações. Com o tempo e a

evolução da própria ciência esse cenário se transforma, expandindo a visão acerca da importância de profissão tão crucial para a sociedade.

Em 1926, por meio do Decreto nº 17.268 ocorreu a institucionalização dos cursos de enfermagem no Estado brasileiro, sendo que no ano de 1931, por meio do Decreto nº 20.109, considerou-se a Escola Anna Nery como estabelecimento de ensino formal nesse âmbito, sendo modelo de padronização para o restante do país. A incorporação dessa escola, em caráter definitivo, à Universidade do Brasil, ocorre no ano de 1946 (FERNANDES; REBOUÇAS, 2013).

Até o ano de 1930 políticas públicas voltadas para a estruturação de um sistema educacional eram incipientes. A monocultura latifundiária exigia um mínimo de qualificação da força de trabalho a qual se compunha quase exclusivamente de escravos trazidos da África, não havia nenhuma função de reprodução da força de trabalho a ser preenchida pela Escola. A década de 20 encerra-se com apenas uma escola de enfermagem oficial no país.

De acordo com Vieira (2018), o binômio saúde/doença, em princípio, era associado a questões sobrenaturais, e a prática da enfermagem ocorria com base em critérios empíricos, de forma intuitiva. Exercer a enfermagem era, em outras palavras, aproximar-se do sagrado. A emergência do modelo capitalista de economia e a reorganização formal do ambiente hospitalar, permitiu-se a realização de treinamento para o exercício da enfermagem.

Nesse contexto, no ano de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, tendo a Constituição Federal de 1934 disposto acerca da necessidade de implementação de um Plano Nacional de Educação que promovesse o gerenciamento, coordenação e supervisão da atividade educacional numa escala municipal, estadual e federal. Mais tarde, a Constituição Federal de 1937 traz a previsão do ensino profissionalizante (MAAS, 2018). Isso faz crer que a sociedade despertou e surgiu a conscientização sobre a essencialidade de pensar estratégias voltadas para o sistema educacional no que concerne não só a enfermagem, mas nesse ponto abordando este curso em especial, a fim de possibilitar transformações estruturais e estruturantes do ensino da enfermagem.

Conforme Vieira (2018) e Alves (2012) o processo de ensino e aprendizagem transformam, por meio de metodologias educativas, o estado de desconhecimento referente a determinada área do conhecimento em um estado de conhecimento. Isso permite a mudança da realidade social, econômica e pessoal. Em se tratando de

educação é preciso levar em consideração o ambiente em que o indivíduo está inserido, pois isso reflete nos métodos a serem adotados no repasse de conhecimento.

A educação, em seu viés social, excede o processo educacional formal, que consiste nos níveis educacionais, que vai do básico ao superior. Isso porque o processo social do ensino implica em sistematizar a metodologia da aprendizagem, a fim de promover a instrumentalização do conhecimento, formando indivíduos capazes de realizar as mudanças socioeconômicas pretendidas.

A trajetória do ensino em si da enfermagem no Brasil é constituída de etapas, refletindo os diversos contextos sociais ao longo da história. Isso reflete no próprio perfil do profissional de enfermagem no país, que muda conforme as alterações no quadro político e socioeconômico acerca não só da educação, mas também da saúde no Brasil e no mundo. Isso exige transformações na metodologia e políticas em educação nesse âmbito, a fim de promover a adequação às exigências de cada realidade e período histórico. Nesse sentido (MAAS, 2018), as alterações sociais e nas políticas referentes à saúde corroboram para a formação de profissionais com pensamento crítico em relação à realidade em que estejam inseridos.

Em 1890, o Decreto 791, que dispõe acerca da escola de formação de profissionais de enfermagem (enfermeiros e enfermeiras) ao Hospital de Alienados, trazia objetivos, currículo, pontos relevantes referentes à extensão da formação (duração do curso) e aos critérios para inscrição e matrícula, dentre outros aspectos (VIEIRA, 2018). De outro lado, não havia previsão de programa de captação de recursos para a realização do curso, além de normatização para sua prática. O viés era mais teórico (ALVES, 2012).

Traçando um paralelo das épocas de ensino da enfermagem no Estado brasileiro, tem-se que em meados de 1920, voltava-se a metodologia desse ensino para a esfera eminentemente pública, traduzida nos cuidados e procedimentos primários referentes à prevenção da saúde, práticas estas que ocorriam externamente ao âmbito hospitalar, possuindo ligação com o Estado (PERES; ALMEIDA FILHO; PAIM, 2014). Já em meado de 1940, com as transformações ocorridas e, razão da revolução industrial retrocitada, que trouxe a emergência de diversos complexos hospitalares, esse ensino passou a focar o modelo clínico, com a utilização de uma prática fragmentada, que se voltou para a esfera hospitalar.

A partir de 1980, com as alterações políticas ocasionadas pelas lutas sociais no Brasil, surgem propostas e planos de reformulação dos serviços no âmbito da saúde, até então deficiente de estudo da realidade social a fim de direcionar as políticas, o que envolveu inclusive o mercado de trabalho dos profissionais de enfermagem, refletindo em sua formação inicial, como, por exemplo, o que englobava o currículo do curso, as disciplinas que o integravam em seu aspecto teórico e prático. Acerca disso, assinalam Machado et al. (2016, p. 25):

Com a criação do Sistema Único de Saúde, em 1988, pela Constituição Federal, que traz a previsão de que é dever do Estado garantir a saúde a toda a população, percebeu-se a necessidade de refletir sobre as habilidades a serem exigidas e o perfil de competências do enfermeiro, sobre o que seria esperado em sua formação, em sua construção enquanto profissional. Como consequência desse debate, houve a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem no país.

Disso se depreende que a metodologia do ensino da enfermagem, seu currículo, esteve, desde sua emergência, intrinsecamente relacionada às demandas do mercado, considerando desde a questão do foco mais hospitalar, passando pela evolução para o contexto do processo de industrialização pelo qual passou o país, e culminando na remodelação da assistência à saúde trazida pela Carta Constitucional, refletindo ainda, a demanda da classe de profissionais de um modo geral por uma assistência médica individual.

Segundo Bellaguarda et Al. (2013) De todas as transformações curriculares observadas nos cursos de enfermagem no Estado brasileiro, nota-se a prevalência do modelo médico/hospitalar. Isso decorre desde a Escola Anna Nery, abarcando os currículos relativos aos anos de 1923, 1949, 1962 e 1972, evidenciando uma formação focada no trinômio indivíduo-doença-cura, bem como na assistência hospitalar, observando as características mercadológicas de cada contexto histórico e social.

Isso culminou num debate envolvendo as entidades de classe, escolas, instituições de saúde, e demais agentes englobados por esse processo, a fim de discutir a essencialidade de reformular o currículo vigente no ano de 1972, considerando que não mais atenderia às demandas do setor da saúde brasileiro.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Enfermagem, desse modo, estabelecem o perfil que o enfermeiro deve ter a partir de então, com formação de caráter generalista, humanitário, além de reflexiva e com viés crítico (SORIANO et Al., 2015). As peculiaridades do Sistema Único de Saúde e as ações de promoção e

prevenção referentes à saúde que foram priorizadas por esse sistema conduziu ao posicionamento de que a atenção básica à saúde é o nível inicial, primário e primordial para o estabelecimento e consolidação organizada e sistematizada nesse sentido.

Segundo Soriano et Al. (2015), evidencia-se a atuação em equipe, atenção em período integral, foco na promoção à saúde e não só na prevenção e processo de restabelecimento, além de ter como atores principais o indivíduo e a própria comunidade, devendo-se preparar o enfermeiro para realizar o planejamento em saúde.

Diante dessa contextualização e da necessidade de repensar a reformulação do curso de enfermagem, a Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, promoveu um debate para ajustar essas questões, que envolveu escolas, instituições de saúde, entidades de classe, entre outros (VALE; PERUZZO; FELLI, 2015). Dessa reunião emergiu proposta curricular que foi chancelada com a elaboração da Portaria nº 1.721/94, dispondo, além do currículo, que o profissional de enfermagem terá sua formação dividida em quatro áreas do conhecimento, quais sejam assistência, gerência, ensino e pesquisa (JESUS, 2013).

A Lei nº 9.394/96 conferiu aos estabelecimentos de educação superior autonomia no sentido de que possam elaborar seu projeto pedagógico, com uma metodologia didático-científica própria, fixando os currículos dos cursos que oferece de acordo com o que considere necessário, dentro dos programas fixados. Isso significa que esses estabelecimento de ensino não são obrigados a observar a o disposto no currículo mínimo fixado pela Portaria 1.721/94 (BRASIL, 1994; 1996).

Silva, Sousa e Freitas (2011), assinalam, nesse sentido, que a partir de então não é apenas o currículo que determina formação em enfermagem, sendo, porém, o norteador desse ensino, pois disponibiliza os direcionamentos filosóficos, conceituais, políticos, além dos caminhos metodológicos que servirão de base à formulação dos projetos pedagógicos de cada estabelecimento de educação superior. Sobre isso, aduz Almeida (2012, p. 42):

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional inseriu responsabilidades ao conferir autonomia às Instituições de Educação Superior, a partir do momento que permite a criação de programas próprios e de metodologia de ensino que envolva os diversos atores que integram o processo de ensino e aprendizagem, como os docentes, os alunos e a própria sociedade. Isso possibilita a construção de perfil profissional que considere as peculiaridades de cada estabelecimento de ensino, permitindo adequação

ao mercado de trabalho de acordo com o próprio perfil socioeconômico, pois confere a autonomia de formulação dos programas e currículos próprios.

Disso se depreende que, o currículo mínimo delinea cursos e perfis profissionais inflexíveis, onde as normatizações gerais devem ser obedecidas e isso não dá margem adequação pedagógica às instituições de ensino. Por outro lado, as diretrizes curriculares permitem a definição de perfis profissionais diferenciados, ajustando às transformações ocasionadas por fatores diversos, como, por exemplo, o econômico, que, em regra, é um dos que mais.

Isso transparece o compromisso e a responsabilidade das instituições de ensino superior com a formação de profissionais com habilidades e competências que envolvam a capacidade de desenvolver um pensamento críticos, refletindo e significando conceitos e conhecimentos, a fim de que atuem não somente com foco numa formação voltada ao exercício da profissão, mas de transformação da realidade social, com reflexos na economia.

4.1. DIRETRIZES PARA O ENSINO DE ENFERMAGEM NA ATUALIDADE

O conteúdo que integrou os currículos da formação de enfermeiros no Brasil sempre buscou aliar o desempenho dessa profissão com as demandas do mercado de trabalho (PIERANTONI; MAGNAGO, 2017). Objetivou, nesse sentido, questões de caráter econômico, o que se demonstrou insuficiente na superação da dicotomia da relação socioeconômica e política, além de ser falho por associar o ensino da enfermagem a políticas centralizadoras e sem flexibilidade nos aspectos de saúde e de educação.

Os autores ainda assinalam que é notório na história a busca pela adequação às demandas do mercado de trabalho, mas sem refletir necessariamente na questão da adequação do conteúdo. Passou-se de um modelo hospitalar para um modelo voltado para cuidados com a saúde da sociedade de um modo geral e isso não foi acompanhado de transformações curriculares. Por outro lado, Jesus (2013, p. 18) aduzem que:

A sobrevivência e consolidação de qualquer profissão no mercado de trabalho implica na adaptação continuada às demandas e expectativas sociais e econômicas, devendo acompanhar o desenvolvimento científico e a evolução técnica. O aspecto social representa a necessidade de reflexão constante acerca do papel do profissional, a razão de ser de sua profissão. Em se tratando da enfermagem, ainda quando adotado um modelo hospitalar, subsistia como objetivo precípuo a saúde, o cuidado.

Diante disso, percebe-se que o atual modelo educacional no âmbito da enfermagem deve ser norteado para uma formação que pretenda, além da construção do saber, de conhecimento, competências práticas de ordem técnica, referente aos procedimentos no cuidado com a saúde, desde os cuidados primários até o intensivo, abrangendo o planejamento também. Deve-se, pensar, desse modo, num contexto de gestão, de gerenciamento da profissão.

Isso demanda a formulação de diretrizes para o ensino da enfermagem que abordem a prospecção de cenários futuros da profissão em comento. Para tanto é necessária a instrumentalização do profissional de enfermagem para que esteja apto a intervir em casos práticos de forma organizada e gerencial, refletindo sobre seu real papel no mercado de trabalho, sem desconsiderar o aspecto social (PERES et al., 2018; MACHADO et al., 2016). Daí emerge a necessidade de coordenar ensino teórico e prática, o que implica na transformação dos modelos gerenciais adotados, que tem como foco a questão normativa do trabalho do profissional de enfermagem.

Em se tratando da questão econômica da profissão, a necessidade de contextualização para permitir a inovação no ensino da enfermagem reflete os aspectos oriundos de um mercado de trabalho cada vez mais exigente, mas que oferece contratos de trabalho precários, tendo-se notado a redução de oferta de vagas e da própria remuneração (PIERANTONI; MAGNAGO, 2017). Isso vai na contramão do que se tem em termos de qualificação, daí ser primordial preparar o enfermeiro para a gestão da enfermagem, pensando nos pontos que podem refletir nessas demandas e que exigirão a capacidade de adequação.

Os processos pedagógicos englobados pelos currículos da formação do profissional de enfermagem foi historicamente subjetivado pela adoção de metodologias que sustentavam discursos pedagógicos que moldavam esse profissional para executar procedimentos e não para pensar o gerenciamento da profissão (VIEIRA, 2018). As diretrizes curriculares são, desse modo, ponto essencial da construção da identidade e perfil profissional, pois nortearão os gestores sobre que espécie de conhecimento é relevante na formação do enfermeiro.

A importância de que se reveste o tema é tão essencial que tem sido debatido amplamente no âmbito acadêmico. Sobre o que, assinala Vieira (2018, p.32):

Refletir sobre o que é importante na formação do profissional de enfermagem, trazendo para o debate não só as instituições de ensino, mas

os educandos e educadores, é mecanismo de previsão de planejamento e avaliação do que obteve êxito ou não no processo de educação. Dentre os objetivos da reformulação curricular é preparar os profissionais num contexto teórico, técnico e na ótica da gestão. A diretriz curricular do ensino da enfermagem deve objetivar formar profissionais qualificados exercer a enfermagem e para gerenciar a profissão, considerando seu compromisso com a cidadania, enquanto promotor da saúde integral dos indivíduos.

Isso exige a fixação de conteúdos curriculares que que abranjam conhecimentos essenciais (técnicos), habilidades, competências, normatização e valores primordiais à formação de um bom profissional. A construção desse perfil requer, nesse sentido, o estudo dos discursos pedagógicos e metodológicos contidos nas atuais Diretrizes Curriculares de Enfermagem, a fim de refletir a questão de um ponto de vista governamental, como política pública, ampliado o entendimento para abranger de forma concreta o aspecto da gestão e gerenciamento de crises, principalmente as crises econômicas ocasionadas por demandas que não estavam previstas, como é o exemplo da pandemia da COVID-19.

Sanes et Al. (2020) frisam que a enfermagem, como largamente explicitado ao longo desta pesquisa, emergiu com profissão em razão da necessidade de instrumentalizar a resposta às demandas de saúde surgidas ao longo da história. Desse modo, sua constituição foi expressivamente influenciada pelas necessidades de assistência à saúde, não e podendo deixar de mencionar o viés político e social. Isso significa que a consolidação da profissão e de seu ensino acompanhou a história e seus diversos cenários socioeconômicos e políticos.

As Diretrizes Curriculares de Enfermagem trazem verbos como definir, orientar, desenvolver e promover, objetivando a fomentação do exercício prático dessas ações pelos profissionais. Percebe-se diante disso a intenção de promover a normatização e transformação da atuação de enfermeiros (VIEIRA, 2018). Nesse sentido, prevê o art. 14, inciso I, da Resolução nº 3/2001, que versa sobre Diretrizes Curriculares da Graduação em Enfermagem:

Art. 14. A estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem deverá assegurar:

I – a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/ assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve à construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

Depreende-se disso a questão da coordenação do ensino com o desenvolvimento de um pensamento crítico que corrobore coma formação de um perfil profissional que não desconsidere o viés social, estimulando-se a pesquisa continuada, com a elaboração de projetos que busquem sempre o aperfeiçoamento do ensino nesse sentido. Observe-se, ainda no documento em comento, em seu art. 4º, inciso V, que se exige do profissional de enfermagem, além das habilidades técnicas, a preparação gerencial e administrativa, como se vê:

Art. 4º A formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

[...]

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; [...] (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

Perceba-se pelo excerto acima que há a exigência de habilidades gerenciais dos profissionais de enfermagem, a fim de que sejam capazes de administrar sua profissão no aspecto individual, enquanto profissional isolado, bem como no contexto coletivo, do ponto de vista da classe de enfermeiros. Isso envolve gerir os recursos humanos e matérias em períodos de crise, onde as vagas são escassas, implicando na necessidade de avaliar o emprego dos meios disponíveis e da adaptação da formação para atender às novas demandas.

4.2. POR QUE EAD EM ENFERMAGEM?

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem, dispostas na Resolução nº 3/2001, preveem que a formação desse profissional deve abarcar tanto o aspecto de conhecimento teórico e prático que o habilitem ao exercício de cuidados no âmbito da saúde, quanto a competência para planejar, gerir, administrar a profissão num viés político e social, considerando o contexto econômico, no sentido de tomada de decisão.

A educação é o elemento fundamental da construção e consolidação de conhecimento desde os primórdios da sociedade, embora nos vários momentos da história não se possa notar um modelo único, individualizado e isento de falhas nesse sentido. Isso porque, os acontecimentos e contextos sociais levam o indivíduo

a repensar as formas e metodologias de ensino, a fim de torná-las mais adequadas e capazes de atender às demandas que emergirem (ABED, 2013).

Nesse sentido, tem-se as modalidades de ensino presencial e à distância. Interessa a esta pesquisa a abordagem da modalidade à distância, onde se tem, como consideração primária, que deve ser capaz de preservar a qualidade da educação presencial, a fim de efetivamente permitir que o indivíduo desenvolva suas capacidades cognitivas em sua totalidade, incluindo aspectos sociais e emocionais. Nesse sentido, não se pode cogitar, por exemplo, nesta modalidade de ensino a redução dos conteúdos, pois isso pode interferir na qualidade da formação.

O curso de graduação, extensão e pesquisa em enfermagem, a exemplo de várias outras áreas de ensino, como o Direito, tem utilizado da educação à distância como metodologia de ensino. Isso tem possibilitado que os profissionais se capacitem de forma prática, interativa, aliando conhecimento e tecnologia na sedimentação do saber (FERNANDES; REBOUÇAS, 2013).

Alves (2011), nesse sentido, fala da necessidade de compatibilização entre os ambientes virtual e presencial de ensino, com foco no processo de ensino e aprendizagem. Para o autor, existem cursos que implicam nas etapas teórica e prática, onde a educação à distância não suprirá toda a extensão do curso, como é o exemplo do curso de enfermagem. Nesse caso, a modalidade virtual seria utilizada de forma complementar à presencial, a fim de conferir maior dinamicidade ao estudo.

É inegável que a modalidade de ensino à distância é uma realidade da sociedade moderna, sendo uma ferramenta que alia interesses no seio da sociedade capitalista. Essa estratégia de ensino era ofertada no âmbito da capacitação continuada de docentes em instituições públicas. A partir disso os estabelecimentos privados a adotaram como ferramenta de mercado (ALMEIDA, 2012). Frise-se que esses cursos eram ofertados somente em partes na modalidade à distância, e com o tempo e evolução das tecnologias da informação, a totalidade passou a ocorrer desse modo. Foram pioneiros nesse sentido os cursos de pedagogia e administração.

A despeito de atualmente essa modalidade de ensino estar se consolidando a cada dia e adentrando todas as áreas do conhecimento, de acordo com Alves (2011), pesquisa sobre o tema informa que devido à quantidade de alunos nas turmas não se consegue manter o padrão educacional esperado, pois os docentes

não acompanham com qualidade todos os discentes. Nesse contexto, emerge uma nova função, a do tutor, sobre o que assinala o mesmo autor (2011, p. 190):

Não é suficiente sustentar os dois polos na relação ensino e aprendizagem> docente e discente a modalidade de educação à distância. Isso porque, dependendo da proporcionalidade relacional, ou seja, digamos que há 50 alunos para 1 professor, é humanamente impossível, independentemente da modernidade das tecnologias utilizadas, ter eficiência na formação. Ainda que haja uma oferta expressiva de ambientes virtuais, há uma demanda ainda maior por parte dos alunos de dirimir dúvidas, questionamentos. Daí a importância da figura do tutor, que ficaria, em tese, responsável por um número menor de educandos, a fim de solucionar essas questões.

Acerca do curso de enfermagem especificamente, nota-se um progresso em sua oferta mediante a educação à distância, observando-se expressiva disponibilização de vídeos e textos nessa modalidade para a capacitação continuada e em determinadas de graduação, possibilitando dinamicidade no ensino e a propagação de informações de forma mais célere e maior facilidade de acesso. É possível, ainda, uma atualização constante de conteúdo, refletindo na qualificação profissional.

Isso tem como consequência, de um lado, a ampliação do processo de inclusão digital dos discente do curso de Enfermagem, mitigando, de certa forma, as desigualdades sociais relativas à informação. Porém, de outro lado, não se pode refutar que nessa modalidade educacional o educando e o educador integram o processo de ensino e aprendizagem utilizando como mediadora a tecnologia e, apesar disso ser resultado da revolução tecnológica e das transformações sociais que implica, é necessário refletir sobre até que ponto é possível preservar a qualidade da formação, principalmente em se tratando de cursos que possuem uma carga prática expressiva e imprescindível ao exercício profissional (VIEIRA, 2018).

Pesquisas referentes ao uso da modalidade de educação à distância na oferta do curso de enfermagem no Brasil ainda são escassos, não permitindo uma análise comparativa mais contundente, principalmente no sentido de abordar os fatores econômicos abrangidos pela questão.

A pandemia da COVID-19 trouxe à tona a inadiável necessidade de discutir sobre isso, pois as medidas sanitárias adotadas para conter a propagação do vírus interferiram em diversos setores da sociedade, incluindo a educação, que precisou repensar a metodologia, a fim de não estagnar o processo de ensino e aprendizagem. É importante, nesse sentido, planejar e promover a adequada avaliação da efetividade dessa modalidade de ensino.

5 EAD EM ENFERMAGEM: QUALIFICAÇÃO MERCADOLÓGICA

5.1. INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Legalmente a modalidade de educação à distância é autorizada no Brasil através da Lei 9.394/96. Nesse sentido, o Decreto nº 9.057/17, que revogou o Decreto 5.622/05 faz previsão do credenciamento de instituições públicas e privadas, a fim de que possam oferecer essa modalidade de ensino, cabendo ao Ministério da Educação realizar esse ato em todas as esferas de governo.

O Decreto traz, ainda, a previsão de regras específicas para os diferentes níveis de ensino, estabelecendo competência para Estado, Município, Distrito Federal e União, além de prever a avaliação das instituições que oferecem cursos na modalidade à distância.

No tocante ao curso de graduação em Enfermagem, foi realizada pesquisa no portal do Ministério da Educação, a fim de verificar as instituições públicas e privadas credenciadas para essa oferta. Excluíram-se da pesquisa os cursos não específicos para a área de Enfermagem, seja de graduação ou especialização.

TABELA 3 – IES Privadas que oferecerem o Curso de Enfermagem EAD.

Instituição(IES)	Categoria Administrativa	Nome do Curso	Grau	Modalidade
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância
UNIVERSIDADE PAULISTA	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância
CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância
UNIVERSIDADE ANHANGUERA	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância
UNIVERSIDADE POTIGUAR	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância
CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL – UNIPLAN	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância

CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	Privada	ENFERMAGEM	Bacharelado	A Distância
---	---------	------------	-------------	-------------

FONTE: Elaborado pela Autora, 2021.

Perceba-se que, de acordo com pesquisa realizada no site do Ministério da Educação (BRASIL, 2021), há 09 (nove) Instituições de Ensino Superior privadas que oferecem o curso de Bacharelado em Enfermagem, não se tendo localizado no decorrer da pesquisa Instituições de Ensino Superior Públicas que utilizem essa modalidade de ensino para o curso em comento.

Sobre isso, em 2015 o Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, recebeu um Ofício do Ministério Público Federal de nº 2.896/15, em que lhe é solicitado que emita parecer onde conste o posicionamento oficial acerca da adoção da modalidade de Ensino à Distância nos cursos de graduação em Enfermagem no contexto nacional.

Rodrigues e Peres (2013) empreenderam estudo acerca da criação de um ambiente virtual para ser utilizado na educação à distância da enfermagem, mas não na graduação e sim em caráter de formação continuada. Na avaliação desse estudo educandos, profissionais de enfermagem e da área de educação, dentre outras, o resultado foi positivo. Segundo os participantes, esse ambiente virtual é útil à fomentação de novas competências e habilidades, auxiliando na qualificação desses profissionais.

TABELA 4 – ENADE das IES privadas – modalidade à distância da graduação em Enfermagem – ano 2019.

Instituição (IES)	Nome do Curso	Modalidade	ENADE	Ano ENADE
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	ENFERMAGEM	A Distância	2	2019
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	ENFERMAGEM	A Distância	-	
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	ENFERMAGEM	A Distância	-	
UNIVERSIDADE PAULISTA	ENFERMAGEM	A Distância	2	2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	ENFERMAGEM	A Distância	-	
UNIVERSIDADE ANHANGUERA	ENFERMAGEM	A Distância	1	2019
UNIVERSIDADE POTIGUAR	ENFERMAGEM	A Distância	-	
CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL – UNIPLAN	ENFERMAGEM	A Distância	1	2019

CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	ENFERMAGEM	A Distância	-
---	------------	-------------	---

FONTE: Elaborado pela Autora, 2021.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que mede anualmente o desempenho dos cursos de ensino superior através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, em 2019 as Universidades Federais e os cursos na modalidade presencial tiveram maior desempenho que as instituições privadas e as que oferecem cursos na modalidade à distância. No que concerne à nota pra essa mensuração, vai de 1 a 5, sendo que de 4 a 5 é considerado acima da média, a nota 3 é considerada na média e a nota menor que 3, conseqüentemente, abaixo da média (INEP, 2019).

Avaliando os resultados contidos na tabela 4, percebe-se que das 09 (nove) instituições de ensino superior que oferecem o curso de enfermagem na modalidade à distância, somente 04 (quatro) participaram do ENADE, quais sejam: Centro Universitário Claretiano e Universidade Paulista, que obtiveram nota 2, Universidade Anhanguera e Centro Universitário Planalto do Distrito Federal, que obtiveram nota 1. De acordo com a mensuração do INEP, nenhuma das instituições participantes foram consideradas satisfatórias, ficando abaixo da média.

Vieira (2018), nesse sentido, têm o entendimento de que a construção do conhecimento propiciada pelo processo de ensino e aprendizagem do aluno do curso de enfermagem na modalidade à distância demanda disciplina e interesse por parte desse discente, que deve empregar esforços para buscar leituras e manutenção de contato com o professor, ainda que virtual, mesmo quando não esteja em aula. Isso confere a ele mais autonomia em sua formação mas também representa um desafio quando se fala da parte necessariamente prática do curso.

TABELA 5 – IES privadas no Curso de Enfermagem: nº de vagas e data de início.

Instituição (IES)	Nome do Curso	Modalidade	Vagas Autorizadas	Data início funcionamento
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	ENFERMAGEM	A Distância	400	31/01/2015
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	ENFERMAGEM	A Distância	60	Não iniciado
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	ENFERMAGEM	A Distância	8000	15/02/2016
UNIVERSIDADE PAULISTA	ENFERMAGEM	A Distância	73260	02/08/2016

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	ENFERMAGEM	A Distância	2000	Não iniciado
UNIVERSIDADE ANHANGUERA	ENFERMAGEM	A Distância	16800	07/02/2008
UNIVERSIDADE POTIGUAR	ENFERMAGEM	A Distância	600	22/02/2016
CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL – UNIPLAN	ENFERMAGEM	A Distância	5700	01/08/2016
CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	ENFERMAGEM	A Distância	2000	23/06/2016
Nº total de vagas			108820	

FONTE: Elaborado pela Autora, 2021.

A tabela 5 traz dados referentes ao número de vagas disponibilizadas pelas Instituições de Ensino privadas para o curso de enfermagem e o ano em que começaram a realizar essa oferta. Das 09 (nove) instituições a Universidade Estácio de Sá, com 60 (sessenta) vagas autorizadas, e o Centro Universitário Braz Cubas, com 2.000 (duas mil) vagas autorizadas, ainda não iniciaram o curso.

Das instituições listadas, a Universidade Anhanguera é a que oferece o curso de enfermagem na modalidade à distância há mais tempo, desde o ano de 2008, sendo que possui 16.800 (dezesesseis mil e oitocentas) vagas autorizadas. Porém, fazendo um paralelo com os dados da tabela 4, que fala sobre a nota do ENADE, em 2019 a referida instituição obteve nota 1, ou seja, está abaixo da média.

5.2. PRÓS E CONTRAS DE CADA MODALIDADE

Depois de verificar as instituições de ensino superior que oferecem o curso de enfermagem na modalidade à distância, é importante avaliar as vantagens e desvantagens tanto do ensino presencial quanto do à distância. Inicialmente, sobre a segunda modalidade citada, é inegável que a evolução constante das tecnologias mitigam umas das mais incisivas críticas que sofre, que é deficiência no estabelecimento de uma relação interativa entre educador e educando (JESUS, 2013).

As aulas gravadas, ou mesmo as acompanhadas em tempo real, permitem, de um lado, ao aluno a praticidade de acessar o conteúdo de onde estiver, além de poder encaminhar questionamentos e perguntas ao professor no momento da aula ou após, via chat ou mensagem de texto na ambiente virtual de aprendizagem

(MACHADO et al, 2016). De outro lado, porém, o professor mais se assemelha a um ator seguindo um roteiro previamente estabelecido do que um docente em si. A experiência é completamente diferente do contato em sala de aula, ainda que haja a facilitação possibilitada pelos meios de comunicação, a fim de tornar o ambiente virtual o mais próximo do presencial.

A despeito da inegável facilidade que as tecnologias da informação trazem, quando se trata de educação deve ser pesados outros aspectos da questão. Sobre isso, assinala PERES et al. (2018, p. 9):

O emprego de tecnologias da informação – TIC's, como metodologia educacional representa um avanço na forma de educar, porém, concomitantemente, constitui uma barreira à totalidade do ensino. Transformar conteúdos pedagógicos em conteúdos audiovisuais reduz o alcance da experiência do ensino e aprendizagem. Além disso, não se pode deixar de mencionar as desigualdades estruturais existentes no Brasil, onde os indivíduos não têm a mesma facilidade de acesso às tecnologias. Apesar dos avanços, ainda temos muitos analfabetos digitais no país.

A ambiente presencial de ensino permite um contato maior não só entre professor e aluno, mas entre os alunos. A interação entre esses sujeitos também é parte do desenvolvimento de habilidades e formação do profissional. Afinal, lidar com o outro é uma característica comum à maioria dos cursos de graduação, em especial os da área de saúde.

A diversidade social brasileira devida à continental grandeza do território do país é uma condição que não pode ser desprezada quando se fala em acesso à tecnologia. E essa é mais uma dificuldade do ensino à distância. A despeito do discente poder acessar às aulas gravadas, que ficam disponibilizadas no ambiente virtual, isso dificulta o acompanhamento da aula, principalmente quando surgem dúvidas (MAAS, 2018).

As plataformas EaD, em regra, têm em sua estrutura os chats, através do quais o aluno pode enviar mensagens ao professor ou ao tutor para dirimir dúvidas sobre as disciplinas. Porém, para que isso fosse de fato efetivo, seria necessário que o tempo de resposta fosse reduzido, o que na prática não acontece. Some-se a isso a questão dos analfabetos digitais. É diferente o indivíduo conseguir enviar mensagens de texto no telefone celular de conseguir operar banco de dados e a instalação de softwares necessários ao uso da plataforma.

No que concerne à figura do professor ou do tutor à distância, seu papel é o de mediar o processo de ensino e aprendizagem, onde a relação entre eles é possibilitada pelas tecnologias da informação. Isso possui um viés econômico

expressivo, em razão da facilidade, pois o ambiente virtual é menos dispendioso para as instituições de ensino do que a modalidade presencial, e isso reflete na redução da desigualdade de acesso ao ensino superior. Trazendo essa questão para a parte prática que muitos cursos exigem, como o curso de enfermagem o contato físico é imprescindível à boa formação (ALVES, 2011).

Outra questão relevante se refere à metodologia avaliativa. Num ambiente virtual o aluno não se empenha tanto para realização de provas, por exemplo. Sobre isso, assinala Vieira (2018, p. 33):

É indiscutível que na modalidade de ensino à distância a possibilidade do aluno nem mesmo realizar suas provas, e isso é uma medida avaliativa. O mesmo se aplica ao trabalho de conclusão do curso, onde o orientador realiza essa função online, através de e-mails, não tendo, na maioria das vezes, contato físico com o aluno, que é tão essencial para a efetividade desse acompanhamento.

Outro fator é que na maioria das vezes o tutor e o professor não são necessariamente a mesma pessoa, de forma que dificulta dirimir dúvidas por incompatibilidade de pensamento, o que representa um obstáculo à qualidade da formação. Associando essa informação com os dados apresentados acerca das instituições de ensino superior que ofertam o curso de enfermagem na modalidade à distância se percebe que o fato de todas as instituições participantes no ENADE terem obtido nota abaixo da média pode ser um reflexo dessas incompatibilidades e dificuldades.

A Universidade Federal de Alagoas, de acordo com Machado et Al. (2016) realizou uma pesquisa com alunos que participaram de um projeto piloto envolvendo a oferta do curso de Administração na modalidade à distância. Os discentes que abandonaram o referido projeto apontaram como fator negativo na experiência, de forma unânime, a relação com os tutores, que se evidenciou deficiente. Para os autores, quanto mais deficitário o desempenho dos tutores maior a possibilidade dos discentes abandonarem o curso.

5.3. MODALIDADE EAD PARA OS BACHARELADOS EM ENFERMAGEM

5.3.1. Apresentação e avaliação dos resultados

A utilização das tecnologias da informação na educação é uma realidade em todos os níveis de ensino, principalmente após a pandemia da COVID-19, que obrigou o mundo a repensar a forma de realização de diversas atividades. Num nível

mais fundamental e básico do ensino isso teve reflexo, mas o acompanhamento por parte dos pais ou responsáveis facilitou, de certo modo, a atividade dos professores.

Em se tratando do nível superior mesmo antes da pandemia já havia a disponibilização da graduação em enfermagem na modalidade à distância, e ao longo do tempo se evidencia uma instrumentalização das instituições para formular programas e oferecer cursos de capacitação pessoal nessa área, voltado para os professores e para os alunos, sob a ótica da gestão do ensino. Isso tudo aliado à necessária adequação à evolução dos meios de tecnologia e comunicação como alternativa à modalidade presencial, a fim de atender às demandas socioeconômicas (COSTA et al., 2020).

Ora, como observado em item anterior, foram localizadas no site do Ministério da Educação e Cultura 09 instituições de ensino superior, todas privadas, credenciadas para oferecer o curso de graduação em enfermagem. Referente a isso, deve-se citar o embate político e profissional empreendido pelo conselho representativo de classe, Conselho Nacional de Saúde, de onde resultou o Decreto nº 8.754/16, que prevê que à autorização para a oferta de Cursos de Graduação em Enfermagem pelo Ministério da Educação é imprescindível que o Conselho se posicione previamente a respeito. Além disso, foi aprovada a Resolução nº 515/2016, do mesmo Conselho, que contém proibição de autorização da oferta de cursos de graduação na modalidade à distância na área da saúde (BRASIL, 2016).

Quando se fala na Enfermagem e seu propósito de cuidado da saúde, percebe-se que configura um complexo de conhecimentos científicos, técnicos e práticos construídos por meio de metodologias de ensino que envolvem questões sociais, éticas, profissionais e legais que vão além do processo de ensino e aprendizagem, englobando tanto o ensino quanto a assistência.

A aquisição desse aglomerado de habilidades e competências não é possível somente por meio de aulas gravadas ou online, em razão da imprescindível prática que a graduação em enfermagem requer. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem conferiram às instituições de ensino superior autonomia quanto à oferta do referido curso nas modalidades presencial e à distância, ao que se soma a responsabilidade pela construção dos currículos (conteúdos) e questões avaliativas (MAAS, 2018).

TABELA 6 – ENADE das IES privadas: modalidade presencial de graduação em Enfermagem – ano 2019.

Instituição(IES)	Nome do Curso	Modalidade	Local	ENADE	Ano ENADE
UNIVERSIDADE PAULISTA	ENFERMAGEM	Presencial	Campinas	4	2019
UNIVERSIDADE PAULISTA	ENFERMAGEM	Presencial	Goiânia	3	2019
UNIVERSIDADE PAULISTA	ENFERMAGEM	Presencial	Santos	4	2019
UNIVERSIDADE PAULISTA	ENFERMAGEM	Presencial	Brasília	3	2019
UNIVERSIDADE ANHANGUERA	ENFERMAGEM	Presencial	Brasília	2	2019
CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL – UNIPLAN	ENFERMAGEM	Presencial	Campo Grande	3	2019

FONTE: Elaborado pela Autora, 2021.

Associando os dados apresentados na tabela 6 com os da tabela 4, que traz informações sobre a nota obtida no ENADE dessas mesmas instituições na modalidade à distância, percebe-se que na modalidade de ensino presencial, com exceção da Universidade Anhanguera que se manteve abaixo da média, com nota 2 (na modalidade à distância obteve nota 1), a Universidade Paulista, em 04 (quatro) dos diversos polos presenciais, obteve notas 3 e 4, ou seja, na média e acima da média, respectivamente. O mesmo aconteceu com o Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN), que na modalidade à distância obteve nota 1 e na presencial nota 3, ficando na média.

Isso evidencia que, a despeito das facilidades e da praticidade que as tecnologias da informação permitem no âmbito da educação, é preciso considerar a questão da qualidade no uso dessas ferramentas na graduação em enfermagem (PATTO, 2013). São diversas as dificuldades na implementação dessa modalidade de ensino enquanto política pública em educação, como a deficiência da interação entre aluno e professor, a ausência de feedback dos tutores e a própria falha quanto ao domínio do conteúdo por estes. Isso não significa que as tecnologias da informação não possam ser utilizadas de forma complementar ao ensino presencial, fornecendo subsídios de pesquisa e tornando o processo de ensino e aprendizagem mais dinâmico (LONGARAY, 2014).

Abordando o aspecto econômico da questão, considerando a pesquisa realizada, tem-se mais de 50 mil vagas ofertadas na modalidade à distância de graduação em Enfermagem autorizadas, todas reconhecidas e as instituições credenciadas Ministério da Educação e Cultura. A demanda por vagas não é proporcional a oferta, sendo que a modalidade presencial preenche a procura, sem deixar de mencionar que sua nota no ENADE é mais favorável (LONGARAY, 2014; ZAMBRANO; TANAKA, 2017). Embora a enfermagem seja a força de trabalho mais exigida no âmbito da saúde, não se nota deficiência desses profissionais no país. Ainda com o cenário pandêmico, que trouxe a questão do ensino remoto com alternativa em razão do isolamento social imposto como medida sanitária, o quantitativo de enfermeiros não se tornou insuficiente. Medidas como a antecipação da formação de profissionais médicos foram adotadas, a fim de dar suporte na crise (SANES et al., 2020).

A tarefa é delicada para os professores, que precisam considerar na metodologia educativa a questão da desigualdade no acesso ao ensino remoto, que, a despeito de ter sido obrigatoriamente imposta em razão do cenário epidemiológico brasileiro, a educação à distância já era uma realidade, tendo instituições de ensino superior que ofereciam a graduação em enfermagem nessa modalidade desde 2015, conforme dados da tabela 5.

Isso significa que a pandemia acelerou uma reflexão que já se fazia necessária, pois essa modalidade de ensino apresentava dicotomias que precisavam ser dirimidas em cenário anterior à crise ocasionada pela pandemia. Indício disso é a questão da nota no ENADE, onde as instituições que participaram do exame obtiveram nota abaixo da média. Isso indica a necessidade de repensar o ensino à distância, principalmente no tocante à relação professor-aluno e metodologias avaliativas tanto referente ao aluno quanto à eficácia dessa modalidade educativa.

O profissional de enfermagem, em sua formação, precisa de mais que somente técnicas procedimentais. Pesquisa promovida pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, mediante requisição do Conselho federal de Enfermagem, denota que esses profissionais, por atuarem no atendimento primário de saúde, sendo, por vezes, o primeiro a ter contato com o paciente, são demandados por familiares e pelos próprios pacientes, tendo que lidar com a frustração de um atendimento precário das Unidades de Saúde, devendo mediar conflitos (LONGARAY, 2014).

Segundo Maas (2018), a despeito do exponencial crescimento de programas à distância de graduação e qualificação continuada em Enfermagem, não se pode ignorar os aspectos econômicos e sociais em que estão inseridos. A literatura pertinente, embora a legislação assegure a possibilidade dessa modalidade de ensino, não possui conhecimento suficiente para afirmar a eficácia desse ensino à distância no desenvolvimento de competências e habilidades básicas e essenciais ao enfermeiro.

Dentre as instituições de ensino superior públicas, segundo Zambrano e Tanaka (2017) não há a oferta de graduação em enfermagem, mas de especialização, pós-graduação *latu sensu*, como, por exemplo, a Universidade Federal de Pernambuco (curso de pós-graduação em Didático-pedagógica para educação em Enfermagem, e a Universidade federal de São Paulo (pós graduação em Gestão em Enfermagem e Especialização em Enfermagem em Infectologia). Perceba-se que nenhum dos cursos ofertados possui o viés de formação inicial, mas sim continuada, e em, regra, são voltados para educação, gestão e não para cuidados primários.

Nesse contexto, avaliando as variáveis, e as questões emergenciais, como exemplo o cenário pandêmico, é preciso compreender que a Enfermagem não entrega para a sociedade bens comercializáveis, mas serviços a serem consumidos, muito embora isso se revista de um aspecto econômico não se centra necessariamente nisso. O objetivo precípua é a prestação da assistência à saúde. Isso significa que muitas situações que o profissional de enfermagem vai vivenciar na prática não podem ser simuladas online (SANES et. al., 2020).

Disso tudo, não se nega a importância e incidência cada vez mais expressiva do uso de tecnologias da informação no ensino (COSTA et Al., 2020). Logo, em vez de se falar em educação à distância na enfermagem, pode-se adotar a modalidade semipresencial, onde disciplinas eminentemente teóricas poderiam ser repassadas na EaD, enquanto a outras, com viés prático, não se aplicaria essa modalidade, mas a presencial.

Óbvio que isso não exige da necessidade de refletir sobre o aprimoramento das plataformas online, ainda se considerando diversos outros fatores que podem influenciar em sua eficiência. A nota obtida no ENADE é um aspecto a ser avaliado, a fim de detectar deficiências e verificar formas de dirimi-las. Outra questão é o

acesso desigual às plataformas, considerando a extensão territorial e desigualdades sociais do Estado brasileiro.

O aspecto econômico deve também ser considerado. Embora a enfermagem não forneça bens e sim serviços, isso reflete na economia. Logo, é importante ter profissionais capacitados, qualificados, principalmente envolvendo a questão da gestão dos recursos humanos e materiais. Isso é uma exigência do próprio mercado, principalmente em cenários de crise, como o ora vivenciado no mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o surgimento da Escola Florence Nightingale, que deu início à construção da história da Enfermagem, primeiro em Londres e se espalhando para o mundo, experimenta-se, no mundo, o maior desafio sanitário, conforme apontado por epidemiologistas, ocasionado pelo COVID-19. Diversas medidas foram adotadas para evitar a propagação do vírus, como, por exemplo, o isolamento social, onde a expressão de ordem é “fique em casa”.

Esse cenário obrigou os diversos setores sociais e de atividade econômica a promover ajustes, inclusive o sistema educacional, especialmente o da saúde, cujos profissionais tem sido demandados expressivamente para o desenvolvimento de cuidados para frear a expansão do vírus, que por ter origem e tratamento eficazes desconhecidos, é uma incógnita quanto aos procedimentos a serem adotados.

Emergiu a necessidade de refletir sobre o ensino da enfermagem na modalidade à distância. Isso porque a interrupção inesperada das atividades presenciais planejadas, que envolve tanto a parte teórica quanto a prática, impactou todos os níveis escolares, mas no âmbito da saúde isso foi mais sentido, devido à demanda que surgia. A pandemia ocasionou um cenário que acentua o acesso desigual a serviços básicos de cuidados com a saúde, educação, e até mesmo alimentação, considerando que quantidade de empregos informais no Brasil é expressiva, e muitas dessas atividades tem sido consideradas não essenciais e tem sido obrigadas a parar.

Sobre a EaD, é uma modalidade de ensino que não surgiu atrelada às ferramentas tecnológicas, principiando com a oferta de cursos profissionalizantes por correspondência. Com a revolução ocasionada pelo surgimento e aprimoramento das tecnologias da informação, essa modalidade de ensino foi ganhando espaço e se consolidando.

Existem instituições de ensino superior privadas que oferecem a graduação em enfermagem na modalidade à distância, como se observou na pesquisa realizada neste trabalho, e se discute a qualidade da formação desse profissional nesse sentido. Isso porque, em termos de avaliação do curso, de acordo com o ENADE 2019, nenhuma das 09 (nove) instituições listadas conseguiu obter nota satisfatória, ficando abaixo da média.

Óbvio que o cenário atual elide a possibilidade de adoção do tradicional ensino presencial e de sua totalidade, pois os estudantes não podem ser expostos à contaminação pelo vírus. Mas a pesquisa aponta que a literatura científica não possui dados que comprovem a eficiência da formação à distância, em nível de graduação, em enfermagem. Esse profissional, como explicitado, deve desenvolver capacidades que englobem mais que somente a oferta de cuidado, mas também habilidades de gestão de recursos materiais e humanos, bem como de mediação de conflitos, e isso é fomentado nas atividades relacionais presenciais, não podendo ser simuladas, com o mesmo efeito, na modalidade à distância.

Além disso, não se pode desprezar o fator econômico. A modalidade à distância é menos dispendiosa, mas os dados da pesquisa apontam que a qualidade é deficiente. Comparando as mesmas instituições de ensino superior, verificou-se, por exemplo, que a Universidade Paulista obteve nota no ENADE 3 e 4 na modalidade presencial, e ficou abaixo da média na Ead.

Na atualidade, como ficou evidenciado na pesquisa, o capital humano, intelectual tem sido a tônica do mercado, em razão das revoluções pelas quais o mercado de trabalho passou, com mudança no modelo de produção. Quando o capitalismo se consolida como modelo produtivo ao redor do mundo, não se pode mais dissociar educação de mercado de trabalho, economia e empregabilidade. De modo que o emprego da EAD se tornou ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem.

A vantagem do ensino à distância é a praticidade e dinamicidade que permite por ser flexível quanto a horários, local de acesso. Mas não se pode tratar como igual um país historicamente desigual, onde o acesso à informação e meios tecnológicos não ocorre na mesma medida. Ainda se tem no Brasil analfabetos tecnológicos e isso prejudica a formação. Ademais, a relação entre docente e discente não é a mesma da presencial e isso reflete no desempenho do aluno. Em se tratando de disciplinas teóricas o prejuízo é menor, mas quando se fala da prática essa deficiência pode ser irreparável.

Disso se tem que o ensino à distância no âmbito da formação do enfermeiro é pouco abordado tanto na teoria quanto na prática, apesar de instituições oferecerem a graduação nessa modalidade. Quanto a efetividade da formação, sua qualidade fica prejudicada, considerando a parte prática e o necessário estabelecimento de uma relação próxima entre professor e aluno, cuja lacuna não é suprida pela tutoria

online, onde o tutor e o docente não são necessariamente a mesma pessoa e há deficiência quanto ao tempo de resposta e domínio do conteúdo.

Apesar das vantagens, é preciso não pensar somente em capital intelectual, em capital humano, empregabilidade e mercado de trabalho, pois a pesquisa informou que a nota no ENADE não foi satisfatória de muitas instituições que ofertam o curso de enfermagem à distância. E considerando o dever de cuidado que emana desses profissionais, a qualidade da formação deve ser pesada e não somente um diploma que o habilite ao mercado de trabalho, pois isso, a longo prazo, será extremamente prejudicial para a economia.

Por fim, como forma de dirimir a problemática, propõe-se a junção das duas modalidades, adotando-se uma terceira, a semipresencial, onde as vantagens do ensino à distância e presencial seria unidos em prol de uma formação completa e de qualidade. Isso teria reflexos tanto para os profissionais quanto para o mercado de trabalho, que contaria com profissionais preparados para atuar desde os cuidados primários até os intensivos, sem deficiências irreversíveis. A formação presencial tem desvantagens sim, principalmente em se tratando do cenário pandêmico que se vivencia, além da precariedade estrutural de muitos polos de instituições de ensino.

A adoção da modalidade presencial não elide essas problemáticas. Ideal é que se adotem políticas públicas em educação que objetivem preparar esse profissional para cenários inesperados, para se manter positivo no âmbito da empregabilidade. Isso implica formulação de medidas, avaliação de sua eficiência e o monitoramento constante da implementação, onde o foco não seja somente no mercado de trabalho, buscando-se essencialmente resultados econômicos. Formar de qualquer jeito em razão das circunstâncias será prejudicial ao profissional e ao mercado de trabalho, que sofrerá as consequências de não ter profissionais qualificados e aptos às adaptações necessárias às mudanças sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Formação de educadores a distância na pós-graduação: potencialidades para o desenvolvimento da investigação e produção de conhecimento. **Educação e Sociedade**. Campinas, 2012.
- ALVES, L. Educação à Distância: Conceitos e história no Brasil e no mundo. **RBAAD - Associação Brasileira de Educação à Distância**. v. 10, 2011.
- ALVES E. D.; et al. Moodle-fólio para o ensino em saúde e enfermagem: avaliação do processo educacional. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 3, p. 473-82, 2012.
- ALVES V. L. S.; BOHOMOL E.; CUNHA I. C. K. O. Educação de pós-graduação em enfermagem a distância: avaliação sob a perspectiva dos discentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 2, p. 139-145, 2015.
- GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: Unesco, 2011.
- BACKES, V. M.; MOYÁ, J. L.; PRADO, M. L. Processo de construção do conhecimento pedagógico do docente universitário de enfermagem. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. v.19, n.2, 2011.
- BELLAGUARDA MLR, PADILHA MI, PEREIRA NETO AF, PIRES D, PERES MAA. **Reflexão sobre a legitimidade da autonomia da enfermagem no campo das profissões de saúde à luz das ideias de Eliot Freidson**. Esc Anna Nery. 2013; 17(2).
- BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 Fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 Fev. 2021.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação** (PNE, 2011-2020) n. 8.035. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 3, de 07 de novembro de 2001**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da República Federativa da União. Brasília, 09 nov. 2001. Seção 1, p. 37. Brasília (DF): Ministério da Educação e Cultura; 2001.

BRASIL. **Portaria nº 1.721, de 15 de dezembro de 1994.** Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de enfermagem. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de dez. 1994. Seção 1, p.12-13.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino Planos de carreira e remuneração:** contribuições para a elaboração e a revisão de planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação escolar básica pública/Organizado por Sérgio Roberto Gomes de Souza. Brasília: MEC/SASE, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Superior a Distância. **Instituições Credenciadas.** Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior:** resumo técnico. Portal INEP. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior:** resumo técnico. Portal INEP. Brasília, 2019.

CARVALHO, Ana Beatriz Gomes; PIMENTA, Sônia de Almeida. **Políticas Públicas de Formação de Professores da Educação Básica a Distância:** o contexto do Pró-Licenciatura. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 9, p. 101-123, 2010.

CARVALHO, Adélia Honório de. **A evolução histórica da educação a distância no Brasil:** avanços e retrocessos. Monografia de Especialização. 2013.

CAVALCANTI CO, COSTA MBS. **Formação acadêmica em enfermagem:** implicações nas competências gerenciais do enfermeiro. *J Nurs UFPE online*. 2013.

COQUEIRO, Naiara Porto da Silva; SOUSA, Erivan Coqueiro. **A educação a distância como modalidade educacional.** Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, maio, 2019.

COSTA R, LINO MM, SOUZA AIJ, LORENZINI E, FERNANDES GCM, BREHMER LCF, et al. **Ensino de enfermagem em tempos de COVID-19:** como se reinventar nesse contexto? *Texto Contexto Enferm*. 2020.

GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. A Gênese e o Desenvolvimento Histórico do Ensino de Enfermagem no Brasil. **Rev. Esc. Enf. USP**; v. 35, n. 1, p. 80.7, mar. 2001.

FERNANDES JD; REBOUÇAS LC. Uma década de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Enfermagem: avanços e desafios. **Rev. Bras. Enferm.** 2013.

FERREIRA RGS; NASCIMENTO JL. Ensino e formação em enfermagem no Brasil: concepções pedagógicas e bases legais no ensino-aprendizagem. **Revista Professare.** 2017.

FERREIRA-JUNIOR AR, FONTENELE MEPF, ALBUQUERQUE RAS, GOMES FMAG, RODRIGUES MENG. A socialização profissional no percurso de técnico a enfermeiro. **Trab Educ Saude.** 2018

FERREIRA RGS, NASCIMENTO JL. Ensino e formação em enfermagem no Brasil: concepções pedagógicas e bases legais no ensino-aprendizagem. **Revista Professare.** 2017.

JESUS, Osvaldo Freitas de. Dilema: educação a distância ou ensino a distância? **Revista Profissão Docente Uberaba**, v. 13, n.29, p. 82-93, Jul.-Dez, 2013.

LIMA, Maria Aparecida de Araújo; SÁ, Eliana M. Oliveira; PINTO, Anamelea de Campos. **Perfil e dificuldades do aluno da ead: o caso do curso de bacharelado de administração pública.** In: XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 5, 2014, Florianópolis. 2014.

LONGARAY, Ariane Nichele Cesar. **Estratégias para Educação a Distância: um olhar a partir dos estados de ânimo do aluno.** 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

MAAS LWD. Análise comparativa da base social da Medicina e Enfermagem no Brasil entre os anos de 2000 e 2010. **Cad Saúde Pública.** 2018.

MACHADO MH; WERMELINGER M; VIEIRA M; OLIVEIRA E; LEMOS W; AGUIAR FILHO W; LACERDA WF; SANTOS MR, SOUZA JUNIOR PB, JUSTINO E, BARBOSA C. **Aspectos gerais da formação da enfermagem: o perfil da formação dos enfermeiros, técnicos e auxiliares.** *Enferm. Foco.* 2016.

MAGNAGO C, PIERANTONI CR, CARVALHO CL, GIRARDI SN. Nurse training in health in different regions in Brazil. **Rev. Bras. Saúde. Mater Infant**, 2017. 17 (Supl. 1):S219-S228.

MANCIBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; SCHUGURENSKY, Daniel. **A educação superior no Brasil diante de mundialização do capital.** *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n.04, p. 205-225, outubro-dezembro, 2016.

MAKUCH DMV, ZAGONEL IPS. **Abordagem pedagógica na implementação de programas curriculares na formação do enfermeiro.** *Esc. Anna Nery.* 2017.

MARÇAL M, MARCONSIN M, XAVIER J, SILVEIRA L, ALVES VH, LEMOS A. Análise dos projetos pedagógicos de cursos de graduação em enfermagem. **Rev Baiana Enferm.** 2014

MENDES EV. **A construção social da Atenção Primária à Saúde**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde; 2015.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MOURÃO LC, L'ABBATE S. **Implicações docentes nas transformações curriculares da área da saúde: uma análise sociohistórica**. Braz J Nurs. 2011 set-dez.

OKAGAWA F. S.; BOHOMOL E.; CUNHA I. C. K. O. (2013). Competências desenvolvidas em um curso de especialização em gestão em enfermagem à distância. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 26, n. 3, p. 238-44, 2013.

OLIVEIRA, L. F. **Gestão do conhecimento na universidade corporativa banco do Brasil**. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, J.S.A.O. **Tendências do mercado de trabalho de enfermeiros/as: um estudo no nordeste brasileiro**. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles; SOUZA, Andréa Cristina Viana. **Ensino superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social**. IN: Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica. Vânia Cardoso da Motta, Larissa Dahmer Pereira, Organizadoras; 1ª edição – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

PERES, Maria Angélica de Almeida; ALMEIDA FILHO, Antônio José de; PAIM, Lygia. Historicidade da Enfermagem nos espaços de poder no Brasil. p. 83-94. **História da Enfermagem Revista Eletrônica (HERE)**, v.5, n. 1, jan. – jul, 2014. ISSN 2176-7475.

PERES CRFB, MARIN MJS, SORIANO ECI, FERREIRA MLSM. Um olhar dialético para as mudanças curriculares na formação do enfermeiro. **Rev. Esc. Enferm. USP** 2018; 52:e03397.

PIERANTONI R, MAGNAGO C. Tendências das graduações em Saúde no Brasil: análise da oferta no contexto do Mercosul. **Divulg. Saúde Debate**, 2017.

RIBEIRO, Rogério da Costa; SOARES, Suely Aparecida Galli. Educação a Distância: fundamentos, contextos e perspectivas. **Rev. Eletrônica Pesquisa e Educa**, Santos, v. 07, n. 13, jan.-jun. 2015.

ROCHA, M. E. M. Oliveira da; NUNES, B. M. V. Teixeira. Expansão dos cursos de graduação em Enfermagem: estudo no Piauí. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 3, Brasília, mai./jun., 2013.

REIBNITZ KS, KLOH D, CORRÊA AB, LIMA MM. Reorientação da formação do enfermeiro: análise a partir dos seus protagonistas. **Rev Gaúcha Enferm.** 2016.

ROCHA, M. E. M. Oliveira da; NUNES, B. M. V. Teixeira. Expansão dos cursos de graduação em Enfermagem: estudo no Piauí. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 3, Brasília, mai./jun., 2013.

RODRIGUES, Cleide A. C.; CARVALHO, Rose A. de. **Educação a distância: teorias e práticas.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

RODRIGUES, C. A. C.; FARIA, J. G.; ALMAS, R. (Org.). **Gestão e Formação na Educação a Distância.** Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2014.

RODRIGUES, Marta M. A. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2011.

RODRIGUES, R. C. V.; PERES, H. H. C. Desenvolvimento de Ambiente Virtual de Aprendizagem em enfermagem sobre ressuscitação cardiorrespiratória em neonatologia. **Rev Esc Enferm USP**, v.47, n.1, 2013.

ROJO, Priscila Tagliaferro et al. Panorama da educação à distância em enfermagem no Brasil. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1476-1480, 2011.

SANES MS, NEVES FB, PEREIRA LEM, RAMOS FR, VARGAS MA, BREHMER LCF, et al. Educação a distância não! Produção de sentidos dos discursos de entidades representativas da enfermagem. **Rev Bras Enferm.** 2020.

SILVA EA da; ROMANINI AV. **A formação do profissional da saúde na perspectiva da semiótica.** CASA. 2014. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/7200/5278>>. Acesso em: 03 Fev. 2021.

SILVA EA. **A Relação Teoria-Prática em um Curso de Pós-Graduação em Enfermagem.** Relatório de pesquisa (Pós-doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-Brasil, 2013.

SILVA MJ; SOUSA EM; FREITAS CL. Formação em enfermagem: interface entre as diretrizes curriculares e os conteúdos de atenção básica. **Rev. Bras. Enferm.** 2011.

SILVA, R. P. **Diretrizes curriculares do curso de graduação em enfermagem e os desafios para a formação no âmbito das práticas e do estágio supervisionado:** uma análise a partir do curso de enfermagem da UENP. Dissertação (Mestrado em Educação) Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

SORIANO ECI, PERES CRFB, MARIN MJS, TONHOM SFR. Os cursos de enfermagem frente às diretrizes curriculares nacionais: revisão integrativa. **Rev Enferm UFPE.** 2015

SOUZA, José Gileá de. **Desenvolvimento: como compreender e mensurar**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

VALE, E. G.; PERUZZO, A. S.; FELLI, V. E. A. (Orgs.). **PROENF Programa de Atualização em Enfermagem: Gestão: Ciclo 4**. Porto Alegre: Artmed Panamericana/Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), 2015.

VIEIRA, Márcia de Freitas. **A Gestão de EaD no contexto dos Polos de Apoio Presencial: Proximidades e diferenças entre a Universidade Aberta do Brasil e as Instituições universitárias privadas**. Doutorado em Educação na área de especialização em Educação a Distância e eLearning (EDeL). 2018.

ZAMBRANO TANAKA, Erika et al. A educação a distância nos cursos de graduação em enfermagem: aplicação e efetividade. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. esp. 1, p. 831-841, out./2017. ISSN: 1519-9029.

WOLF, S.M. **Influência da competência empreendedora dos coordenadores nos indicadores de desempenho dos polos EaD**. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.